



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PORTO NACIONAL

LUCINÉIA MEDRADO DE SOUZA

A HISTÓRICA CAMINHADA DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO I E II NA
LUTA PELA TERRA EM CRISTALÂNDIA-TO

PORTO NACIONAL
2017

LUCINÉIA MEDRADO DE SOUZA

**A HISTÓRICA CAMINHADA DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO I E II NA
LUTA PELA TERRA EM CRISTALANDIA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* Universitário de Porto Nacional como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Souza Santos na linha de pesquisa sobre Estudos Geo-territoriais.

**PORTO NACIONAL
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F383h Ferreira, Lucinéia Medrado de Souza Ferreira.
A HISTÓRICA CAMINHADA DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO I
E II NA LUTA PELA TERRA EM CRISTALANDIA-TO. / Lucinéia Medrado
de Souza Ferreira Ferreira. – Porto Nacional, TO,
2017.

84 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós- Graduação
(Mestrado) em Geografia, 2017.

Orientador: Roberto Souza Santos Santos

1. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.. 2. Movimento dos
trabalhadores rurais sem terra e a luta política pela terra. 3. A LUTA
POLÍTICA PELA TERRA NO TOCANTINS. 4. INFLUÊNCIA POLÍTICA E
SOCIAL DO MST NO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO I E II NA
ATUALIDADE. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a
fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo
artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LUCINÉA MEDRADO DE SOUZA FERREIRA

**A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO PEDRE JOSIMO I E II E A LUTA
PELA TERRA – TOCANTINS – 2003 A 2016**

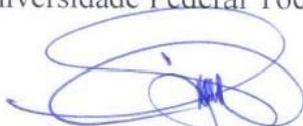
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 15 de março de 2017.

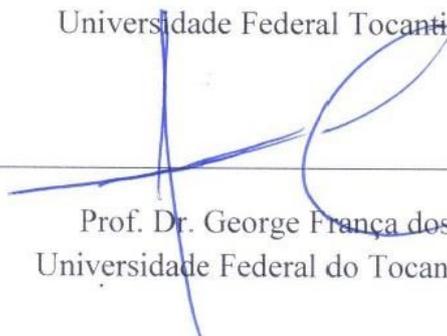
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos (Orientador)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira
Universidade Federal Tocantins – UFT



Prof. Dr. George França dos Santos
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Porto Nacional – TO
2017

Dedico este trabalho a dona do meu coração por inteiro: minha avó Valdemira. Seu amor, dedicação e companheirismo sempre contribuíram para que eu trilhasse o caminho do bem e alcançasse tantas vitórias. Amo incondicionalmente essa mulher.

Agradecimentos

Aos meus filhos pela compreensão dos meus ataques de histeria durante essa caminhada: Ianna, Iasmim e Iago. Meus tesouros aqui na terra.

Aos meus amigos do trabalho pelo companheirismo: Daiene, Eleide, Joelma, Josane, Simone, Liberato, Cesar, José Mauro, Mariangela, Eder e Etiene. Vocês são um luxo!

Ao Daniel, pelas excelentes aulas de geografia. Sem elas eu não teria passado na prova.

A Rosaly, pela amizade sincera que construímos ao longo desses dois anos. É uma grande mulher.

A Elizia Pinheiro por sua amizade e dedicação nas horas difíceis.

Ao professor Elizeu Lira por suas contribuições e pela amizade sincera.

Ao professor George pela excelente parceria no dia a dia de trabalho.

Ao meu orientador, professor Roberto, por sua dedicação e paciência comigo.

Aos meus alunos do Cursinho Popular pela força e incentivo.

Ao amigo / irmão Professor Francisco Sebastião pelo apoio nas horas difíceis.

A todos os professores do mestrado.

A todos vocês o meu sincero agradecimento!

RESUMO

Como foram organizadas as ações políticas e territoriais na trajetória do processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II no estado do Tocantins no período de 2003 a 2016? Este é o ponto de partida deste trabalho. A partir daí é preciso entender o que é reforma agrária e porque é preciso que esta política se efetive. Qual o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e que influência este movimento tem neste processo. A reforma agrária surge como uma política para 'resolver' a questão da posse da terra, fazendo a divisão das terras particulares e públicas improdutivas. Sendo um processo lento que contraria os interesses das elites, a reforma agrária ainda é utopia para muitas famílias que não possuem a terra. Em 1984 formaliza-se o movimento dos trabalhadores rurais sem terra com o objetivo de lutar pela terra e pela reforma agrária. O movimento pouco a pouco ganhou força em todo território nacional. É um movimento aberto a todos que lutam pela reforma agrária. Possui uma organização coletiva através das frentes de luta. Teve forte influência da CPT e conta com aliados como partidos políticos, sindicatos, instituições religiosas e outros movimentos. No Tocantins este movimento atuou com mais intensidade na região norte, região conhecida como Bico do Papagaio, onde havia muitos conflitos com a questão da terra. Padre Josimo foi um defensor da luta pela terra e lutou junto às famílias do Bico do Papagaio que buscavam dignidade através da posse da terra para morar e produzir o alimento. Foi morto por pistoleiros contratados por grileiros da região. Sua luta e coragem serviram de exemplo a muitos outros que ainda lutam por esta conquista. O movimento de luta existe em todo o estado do Tocantins e, motivados pelo MST muitas famílias se juntam neste processo. Primeiro identificam as fazendas improdutivas da região, as famílias sem terra que acreditam no movimento e na luta e começam a trilhar um caminho longo. Instalam-se no acampamento, com as condições de vida precárias, mas muita vontade e ânimo. O MST faz toda parte de animação e incentivo através de reuniões, palestras, vivências, formação política. Pressionam o INCRA para a desapropriação da fazenda e a divisão de lotes para o assentamento das famílias. O período de luta no acampamento é intensificado pelo desejo de possuir a terra. Assim foi com as famílias que fazem parte hoje do assentamento Padre Josimo I e II em Cristalândia – TO que recebeu o nome do Padre que é símbolo da luta pela terra. Assim, este trabalho busca entender, através da realização de entrevistas a 40 famílias, a atuação do MST na organização do acampamento e no assentamento Padre Josimo I e II.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Assentamento; Conflitos Sociais; Terra.

ABSTRACT

How were political and territorial actions organized in the trajectory of the formation and occupation process of the Padre Josimo I and II settlement in the state of Tocantins in the period from 2003 to 2016? This is the starting point of this work. From there we must understand what agrarian reform is and why this policy must take effect. What is the role of the Movement of Landless Rural Workers and what influence does this movement have in this process. Agrarian reform emerges as a policy to 'solve' the question of land ownership, making the division of private and public lands unproductive. Being a slow process that runs counter to elite interests, agrarian reform is still a utopia for many families who do not own the land. In 1984, the landless rural workers' movement was formalized in order to fight for land and for agrarian reform. The movement gradually gained force throughout the national territory. It is a movement open to all who struggle for agrarian reform. It has a collective organization through the fronts of struggle. It had strong influence of the CPT and counts on allies like political parties, unions, religious institutions and other movements. In Tocantins, this movement acted more intensely in the northern region known as Bico do Papagaio, where there were many conflicts with the land issue. Father Josimo was a defender of the struggle for the land and fought with the families of the Papagaio Beak who sought dignity through the possession of the land to live and produce food. He was killed by gunmen hired by grileiros in the area. His struggle and courage have served as an example to many others who are still struggling for this achievement. The fighting movement exists throughout the state of Tocantins and, motivated by the MST, many families come together in this process. First they identify the unproductive farms in the region, the landless families who believe in movement and struggle and begin to tread a long path. They settle in the camp, with the poor conditions of life, but much will and spirit. The MST does all part of animation and encouragement through meetings, lectures, experiences, political formation. Pressures INCRA for the expropriation of the farm and the division of lots for the settlement of the families. The fighting period in the camp is intensified by the desire to own the land. So it was with the families who are part of the settlement of Father Josimo I and II in Cristalândia - TO that received the name of the Father who is a symbol of the struggle for the land. Thus, this work seeks to understand, through interviews conducted to 40 families, the MST's performance in the organization of the camp and in the settlement Padre Josimo I and II.

Palavras-chave: Social Movements; Settlement; Social Conflicts; Earth.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Situação agrária no Estado do Tocantins.....	42
Tabela 2: Origem das famílias que compõem o Assentamento Padre Josimo I e II.....	55
Tabela 3: Municípios de origem das famílias do Assentamento Padre Josimo I e II no Estado do Tocantins.....	56
Tabela 4: Sistema produtivo no Assentamento Padre Josimo I e II.....	62
Tabela 5: Entrevistas realizadas no Assentamento Padre Josimo I e II em outubro e novembro de 2016.....	63
Tabela 6: Origem / Naturalidade dos entrevistados no Assentamento Padre Josimo I e II.....	64
Tabela 7: Cidades em que os entrevistados do Assentamento Padre Josimo I e II moravam antes da participação no Acampamento.....	65
Tabela 8: Ocupação dos entrevistados antes do processo de acampamento.....	66
Tabela 9: Comparativo de ocupações antes do acampamento e no Assentamento Padre Josimo I e II na atualidade.....	67
Tabela 10: Renda familiar dos entrevistados no Assentamento Padre Josimo I e II.....	68

Lista de Figuras

Figura 1: Localização do assentamento Padre Josimo I e II.....	12
Figura 2: Localização e acesso Assentamento Padre Josimo I e II.....	55
Figura 3: Número de acampamentos do Estado do Tocantins.....	57
Figura 4: Divisão das glebas do Assentamento Padre Josimo I e II.....	60

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização do assentamento Padre Josimo I e II.....	12
Mapa 2: Localização e acesso Assentamento Padre Josimo I e II.....	55
Mapa 3: Divisão das glebas do Assentamento Padre Josimo I e II.....	60

Lista de Siglas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

GEBAM – Grupos Executivos do Baixo Amazonas

GETAT – Grupo Executivo de Terras Araguaia – Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

UDR – União Democrática Ruralista

Lista de Quadros

Quadro 1: Dados da fazenda desapropriada e do assentamento Padre Josimo I e II.....	58
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	Erro!
Indicador não definido.	
2.1 Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a luta política pela terra.....	26
2.2 Os problemas agrários e a luta atual do MST pela terra	35
3. A LUTA POLÍTICA PELA TERRA NO TOCANTINS.....	40
3.1 A trajetória de Padre Josimo a luta pela terra.....	49
3.2 Assentamento Padre Josimo I e II.....	53
4. INFLUÊNCIA POLÍTICA E SOCIAL DO MST NO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO I E II NA ATUALIDADE.....	63
4.1 Caracterização socioeconômica do assentamento Padre Josimo I e II.....	63
4.2 A luta política e social do MST pela terra e o assentamento Padre Josimo..	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) redefiniu o espaço de luta no campo brasileiro na década de 1985, territorializou suas ações, resultando na implantação de assentamentos rurais, apresentando em sua estrutura uma articulação por meio de assembleias, reuniões e atos públicos, com os trabalhadores sem terra e por meio de articulações e alianças. Esses movimentos tiveram apoios para se articular em diferentes lugares – cidades e estados – ao mesmo tempo. Os assentamentos rurais criam novos espaços de vida e de produção no meio rural, criando ainda novas demandas que também são reivindicadas por estes movimentos, como escola, energia elétrica e estradas, dentre outras demandas diversas, carregando o sentido de luta por meio de novas ocupações e da formação de novos grupos de famílias, em busca de conquistas individuais e como grupo. Carvalho (1999, p.59) define assentamento rural como:

O assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. O assentamento é fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas etc., sendo, portanto, artificialmente constituído, criando um novo ambiente geográfico e uma nova organização social.

Os assentamentos, mesmo com alguns insucessos, representam a possibilidade de realizações pessoais dos assentados, conquistas de grupo, fortalecimento de atividades produtivas em estrutura familiar, possibilidades de inserção social, expansão das possibilidades de emprego, renda e consumo. Além de fatores que possam determinar melhores indicadores sociais, políticos e econômicos da escala local à regional.

Porém, um caminho longo de luta e persistência é percorrido pelas famílias até a implantação e formalização de um assentamento rural. Os assentamentos são considerados frutos de tensões sociais, ação sindical e mesmo iniciativa de autoridades locais (BRUNO; MEDEIROS, 2001). A luta destes movimentos, especialmente o MST, existe porque existe uma concentração fundiária no Brasil que gera grandes desigualdades sociais.

O estado do Tocantins foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte em 1988, resultado da divisão do estado de Goiás, e a demanda pela criação de projetos de reforma agrária por parte dos movimentos sociais existe nesta área muito antes da criação do Tocantins, dada a concentração fundiária e o histórico de conflitos agrários, em especial no norte do estado, região conhecida como Bico do Papagaio. Esta região foi marcada por intensos conflitos agrários pela posse da terra durante as décadas de 70 e 80, onde se opunha de um lado os trabalhadores rurais da região nordeste do país, principalmente, população oriunda dos estados do Maranhão e Piauí que chegaram a partir da década de 50 em busca de terras devolutas; e do outro os fazendeiros e investidores da região Centro/Sul que se apropriam de grandes extensões de terra para a prática da pecuária de corte, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal como forma de promover o crescimento econômico e a ocupação da Amazônia (MARTINS, 1995; CARVALHO et al., 2006).

A partir da criação do MST, em 1984, houve o fortalecimento das ações de luta e conquista da terra e, se antes a luta era apenas daqueles que trabalhavam na terra, mas não detinham sua posse, a participação nos movimentos de luta pela terra na atualidade é motivada por razões diversas como a possibilidade de retorno ao trabalho no campo, escapando assim da dinâmica das cidades, como a violência e a incerteza do sustento da família e através dos movimentos, as famílias se organizam em acampamentos na luta contra os latifúndios e pela conquista da terra.

Foi a partir destas necessidades, das ações dos movimentos e da alta concentração fundiária no estado que surgiu, no dia 31 de julho de 2003, o acampamento Padre Josimo, às margens da BR 153, a 10 km de Nova Rosalândia – TO e a 3 km de Oliveira de Fátima – TO. Era formado, inicialmente, por cerca de 330 famílias, oriundas de diversas cidades do Tocantins e de outros estados como Pará e Maranhão, as quais, nesse período de formação, receberam do MST formação política: participando de reuniões nos grupos de famílias, ocupando órgãos públicos, fazendo parte de marchas, mobilizações e de outras atividades de cunho político (BARBOSA, 2009; SILVA, 2013).

Assim, após portaria de 30 de maio de 2005, em junho desse mesmo ano, foi efetuada a transferência das famílias para as terras da antiga Fazenda Jatobá. No momento da transferência, o acampamento era composto por 161 famílias. Para

a área que se denominou Padre Josimo I seguiram 102 famílias e para o Padre Josimo II, 59 famílias. Essa divisão interna das famílias existiu desde o período do acampamento. Isso porque o segundo grupo de famílias se juntou ao acampamento num momento posterior ao início da ocupação. Daí a explicação para a nomenclatura do assentamento: Padre Josimo I e II que, além de pertencer ao município de Cristalândia, tem proximidade com os municípios de Nova Rosalândia e Oliveira de Fátima, com os quais também mantém relações sociais, políticas e econômicas (BARBOSA, 2009; SILVA, 2013).

O nome do assentamento é uma homenagem ao padre Josimo que viveu, lutou e morreu se dedicando às questões da terra na região norte do Tocantins. Foi ordenado padre em 1979, passando a viver em Wanderlândia – TO ajudando a cuidar da pastoral dos jovens onde identificou a maior problemática de seus paroquianos: a questão da terra. Ofereceu-se para trabalhar na Comissão Pastoral da Terra (CPT), por entender que a terra existia para sustentar as pessoas e que todos tinham direito a quanta terra fosse necessária para sustentar sua família. Começou a denunciar os abusos dos grileiros, e logo atraiu muita hostilidade e começou a receber ameaça de morte. Foi seu comprometimento com esse trabalho que mais tarde o levou a morte, sendo assassinado por pistoleiros encomendados por grileiros de terras da região. Assim sendo, tornou-se uma marca de resistência, lutando pela posse da terra e pelos direitos dos quais os trabalhadores desconheciam (CARVALHO et al., 2006).

A luta pela terra e pela reforma agrária continua e o MST tem participação ativa nesse processo de lutas com reconhecida atuação em todo o Brasil. O estado do Tocantins, por estar em uma região de Cerrado com grande expansão agrícola tem sofrido grandes pressões com a exploração de vastas extensões de terra, pressionando os camponeses e trabalhadores rurais a abandonarem suas terras e atividades, isso somado a não efetivação da reforma agrária tem exigido uma participação ainda mais ativa do MST na luta pelo direito a terra no Estado. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as ações políticas e territoriais no processo de formação e ocupação de terras pelo MST através do estudo do assentamento Padre Josimo I e II no estado do Tocantins no período de 2003 a 2016.

O entendimento da organização política e das formas de atuação e desenvolvimento de ações do MST na atualidade, especialmente no estado do Tocantins, é importante, uma vez que seus militantes fazem parte de uma história que não começou com eles e nem exclusivamente com a constituição do MST. Vivem uma condição de vida iniciada há muito tempo no Brasil. São herdeiros de lutas, mas encontram-se em um contexto histórico diferente que, embora ligado ao passado, apresenta novas características resultantes de mudanças sociais, entre elas aquelas provocadas pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção e pela luta de classes.

São esses sujeitos que, pelas suas experiências de ação, de assimilação e questionamento de valores e tradições, vão se constituindo como sujeitos políticos. O que existe em comum dentro do MST da fundação aos dias de hoje é o objetivo da luta e a dependência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para a posse da terra e para atendimento às necessidades que surgem após a criação do assentamento. O conhecimento de como ocorre a organização política no MST, dentro e fora do assentamento, para cobrar e garantir que seus direitos sejam atendidos, nos permite entender melhor e contribuir para que a justiça social realmente aconteça através da publicação destas experiências que servirão para futuras consultas bibliográficas sobre o movimento político e territorial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Tocantins. Para o assentamento Padre Josimo I e II este estudo reafirma e valoriza suas lutas e conquistas através do registro de sua história.

Assim, este trabalho teve como ponto de partida o seguinte questionamento: como foram organizadas as ações políticas e territoriais na trajetória do processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II no estado do Tocantins no período de 2003 a 2016?

Este questionamento norteará a busca do objetivo geral que é analisar as ações políticas e territoriais no processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II em Cristalândia – TO

Quanto à metodologia o presente plano de trabalho se organizou por meio de levantamento e consultas bibliográficas, principal fonte de dados primários, pois uma boa fundamentação teórica é essencial para o bom andamento de qualquer pesquisa. Foi realizada pesquisa de campo no assentamento, ou seja,

levantamentos de dados através de fontes primárias. A pesquisa se deu através do preenchimento de questionários elaborados com perguntas que esclareçam alguns questionamentos a respeito do tema.

A coleta de dados foi realizada no assentamento Padre Josimo I e II situado entre as coordenadas: 48° 58'37" de Longitude Leste e 49° 05'33" de Longitude Oeste; e 10° 36' 33" de Latitude Norte e 10° 44' 27" de Latitude Sul, entre os municípios de Cristalândia e Nova Rosalândia no Estado do Tocantins (Figura 1).

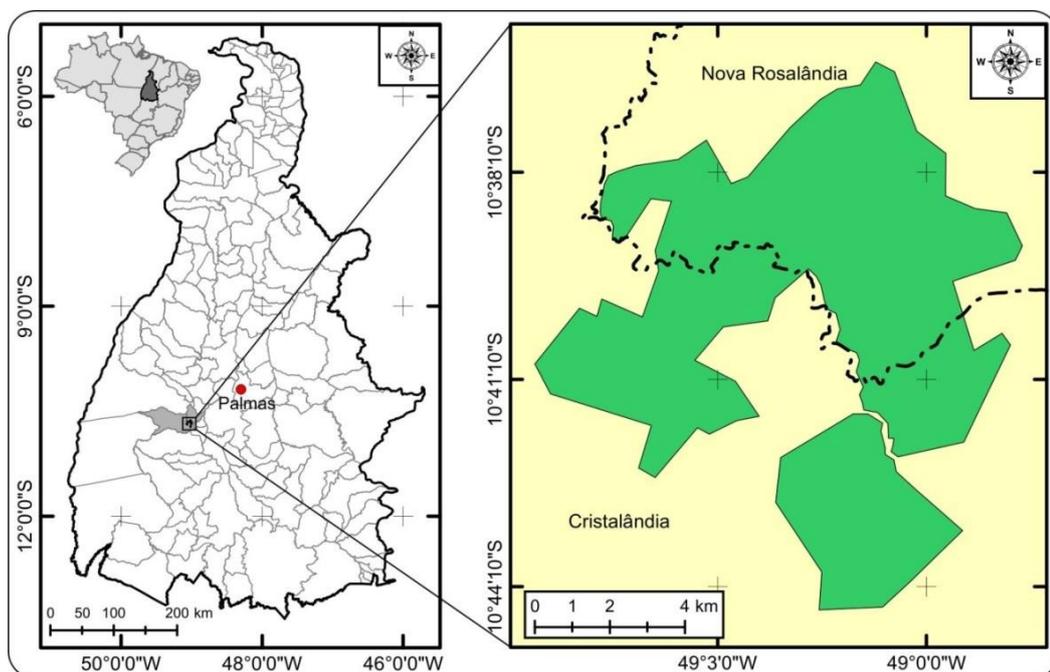


Figura 1: Localização do assentamento Padre Josimo I e II.

Primeiramente, buscou-se levantar e analisar sistematicamente um referencial teórico acerca da temática proposta (Analisar as ações políticas e territoriais no processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II no estado do Tocantins no período de 2003 a 2016) e, em seguida, foram elaborados os amparos teóricos, com leitura, descrição e interpretação dos estudos acerca do tema proposto. Depois foram colhidos dados, através de 40 questionários, que tem relevância para o andamento deste trabalho e através dos quais se procurará compreender: que relevância as ações políticas e territoriais exercem no processo de formação e ocupação de assentamentos? Que influência estas ações

tiveram no processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II?
Quais são as lutas atuais do assentamento?

Após a realização deste trabalho de campo, com a aplicação dos questionários, foi realizada a análise dos dados para que as indagações sobre as implicações das ações políticas e territoriais no processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II no estado do Tocantins no período de 2003 a 2016 sejam esclarecidas.

2. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

As lutas camponesas não são recentes na história do Brasil e retrata, dentro deste processo histórico, a resistência à intensificação da concentração fundiária, indo contra a exploração e pela busca contínua da conquista da terra de trabalho que forneça condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa (FERNANDES, 2000).

A invasão do território indígena, a escravidão e a produção do território capitalista marcam a história de formação do Brasil. Segundo Fernandes (2000, p. 25):

Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas.

Primeiro os índios, depois os escravos negros sequestrados da África. A escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo em que a maior parte dos grupos indígenas foi quase totalmente dizimada. Tanto índios como negros resistiram e lutaram contra a escravidão. Os quilombos foram espaços de resistência organizados por negros que fugiam da escravidão das fazendas ou conseguiam comprar sua liberdade. O quilombo foi o território livre, era terra onde viviam negros, alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial (FERNANDES, 2000), todos com objetivos comuns: um pedaço de terra onde pudesse morar, plantar, colher e viver em liberdade. Lutas antigas e atuais, marcadas pela desigualdade imposta pelo capitalismo. Só tinha a posse legal da terra quem a pudesse comprar.

O processo de obtenção de terras foi, desde a época colonial, dificultado com a política das sesmarias e, posteriormente com a Lei de Terras de 1850 que criaram obstáculos para que os povos indígenas, os escravos alforriados e o emergente camponês livre tivessem acesso legal às terras (ALMEIDA, 2004; MARTINS, 2004). A promulgação da Lei das Terras ocorre, coincidentemente no

ano em que cessou o tráfico de escravos africanos e, além de proibir a livre ocupação das terras devolutas, estabelece que sua aquisição se dê por meio de compra (MARTINS, 1995). Assim, como afirma Martins (1995; 2004) e Fernandes (2000), no Brasil o fim do cativo do escravo dá início ao cativo da terra. Estes temas estão intimamente relacionados com a questão do trabalho livre e a questão agrária. Os grandes proprietários de terra foram motivados economicamente a incentivar o trabalho livre diante do encarecimento do trabalho escravo, o trabalho livre se mostrou como uma alternativa barata de mão de obra. Assim sendo, para discutir a questão agrária é preciso voltar ao passado e entender como se deu a solução dada pela sociedade à questão da escravidão. A abolição abriu oportunidades para o trabalho livre, mas não necessariamente para a modernidade do trabalho assalariado e as estruturas sociais rígidas de vários modos se mantiveram (MARTINS, 2004).

Diante das dificuldades para a obtenção da terra surge o posseiro, que segundo Martins (1995) é o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente ou registrado em cartório que defina como proprietário sendo classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro na linguagem comum. Sua produção é de subsistência, vendendo alguns excedentes para a compra do que falta, pois, não possuindo o título da terra, dificilmente terá acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade.

Há posseiros em todo o país, sendo as maiores concentrações nos Estados do Norte e Centro-oeste, principalmente na região denominada de Amazônia Legal. Segundo Martins (1995), em todos os lugares o posseiro é visto como pessoa que está em situação provisória, como alguém que está fora do lugar por não ter situação jurídica definida, nem o reconhecimento do Estado e das autoridades locais que o representam (grileiros, pistoleiros, jagunços, empresas estrangeiras e nacionais). Daí a ocorrência dos conflitos pela terra envolvendo fazendeiros e posseiros. E é grande a violência que marca estes conflitos. De 1971 a 1976, um em cada dois conflitos noticiados teve vítimas (mortos e feridos) sendo que mais de 50% correspondem aos casos de morte (MARTINS, 1995). Outro número que reforça que a violência no campo sempre foi constante é que em três

anos (1982-1984) foram assassinados 277 trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000).

Segundo Martins (1995) enquanto a propriedade era basicamente propriedade sobre o escravo e só secundariamente propriedade sobre a terra, não havia motivo para o conflito, pois ser senhor de escravos era condição para ser senhor da terra. A terra era vista como assunto de brancos, sendo excluídos dos processos de herança os que não tivessem o sangue limpo, os bastardos, quem fosse fruto de mestiçagem com não-cristão.

Os mestiços e seus descendentes e os índios destribalizados foram colocados numa situação social peculiar: ou se retiravam para regiões distantes dos lugares dominados por brancos, constituindo pequenas comunidades de lavradores pobres ou sobreviviam no interior de grandes fazendas como agregados, como pessoas que nem eram escravos, nem eram empregadas nem eram proprietárias. Sempre que o fazendeiro precisava da terra podia remover essas pessoas (...). (...) Quem era expulso da fazenda praticamente não tinha outra alternativa a não ser entrar sertão adentro, procurando um lugar ainda não ocupado pelas fazendas e abrir a sua posse, fazer a sua roça. Até que comesçassem a chegar os fazendeiros para abrir novas fazendas, quando então era preciso ir mais longe, buscar nova terra desocupada. (MARTINS, 1995; p. 110-111).

O posseiro é o produto das próprias contradições do capital, pois, a mesma sociedade que dele se beneficia o quer destruir. A expansão do capital se faz preferencialmente sobre terras ocupadas por posseiros, através da expropriação e da expulsão (MARTINS, 1995).

Ainda segundo Martins (1995, p. 118):

As grandes fazendas estão interessadas no lucro, na reprodução ampliada do capital. Convém lembrar que geralmente hoje as grandes fazendas da Amazônia pertencem a grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, conglomerados de empresas como bancos, indústrias, estabelecimentos comerciais e serviços (...).

É importante destacar as diferentes correntes migratórias no processo de ocupação recente da Amazônia. Segundo Martins (1995) elas podem ser divididas quanto à origem e quanto ao destino, sendo duas correntes: a que se origina no sul e no sudeste (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo) se dirigindo para a Amazônia Ocidental e Rondônia, Acre, Mato Grosso e a que se origina no Nordeste e se dirige para a Amazônia Oriental. É importante observar os motivos que levaram as pessoas a migrarem destas regiões. A primeira corrente migratória é recente. No Rio Grande do Sul a migração nasce da

impossibilidade de reprodução da economia familiar com base na pequena propriedade. No Paraná a causa da emigração é a concentração da propriedade para as culturas do trigo e da soja. Em Minas Gerais e Espírito Santo, os migrantes procedem das antigas regiões de café. As migrações do Nordeste para a Amazônia Oriental são distintas e antigas. Enquanto a primeira corrente migratória ocorreu de uma só vez, a segunda vem sendo feita por etapas. Os migrantes desta região saíram em busca dos 'gerais', das terras livres, no rumo dos rios Araguaia e Tocantins. De acordo com Martins (1995, p. 121-122):

As histórias dessas migrações são histórias épicas. São histórias de expulsão da terra, da chegada das grandes fazendas, da necessidade de ir adiante procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, queimar e coivarar o terreno, fazer a roça e esperar a chuva, a colheita, o grileiro, o jagunço, o oficial de justiça, o soldado, a expulsão para mais adiante, para começar de novo (...). (...) mas enquanto um posseiro derruba um hectare por ano, que é o tanto de que precisa para fazer a sua roça e alimentar a sua família, a fazenda derruba centenas, milhares de hectares de uma só vez (...). (...) uma vaca amazônica expulsa uma família inteira de posseiros. Ela ocupa a mesma área que um posseiro precisaria em um ano para sustentar a sua família e produzir excedentes para o mercado. Nas novas fazendas há um único emprego para cada 788 ha. Nessa mesma área é possível, nas condições amazônicas, a atividade agrícola de 15 a 30 famílias.

Essas migrações de posseiros para a região da Amazônia Legal são muito mais que fenômenos demográficos, elas expressam um amplo movimento social que tem a sua essência na luta pela terra que se projeta através da reforma agrária.

Entende-se que a reforma agrária seja a divisão de terras "particulares" e públicas 'improdutivas' que são adquiridas pelo governo federal e loteadas e divididas entre famílias que não possuem terras para plantar. Estas famílias devem também receber, além da terra, condições para o cultivo como sementes, eletrificação, financiamentos e assistência técnica. Porém não é o que acontece na prática.

Um dos conceitos de reforma agrária está contido no estatuto da terra (1964, p. 1):

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

As lutas pela terra no Brasil e as tentativas de reforma agrária são marcadas por uma sucessão de desencontros entre o Estado, a sociedade e os movimentos sociais (SABOURIN, 2008). As ligas camponesas do Nordeste foram os primeiros movimentos organizados em defesa da reforma agrária que, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) estenderam-se por todos os estados do Brasil a partir de 1945 (REIS, 2012; ENGELMANN et al., 2012). Junto com a luta pela terra eram reivindicados direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais.

Segundo Sabourin (2008) o não desenvolvimento de políticas públicas minimamente favoráveis à reforma agrária marca o primeiro desencontro. A pressão das ligas camponesas do Nordeste levou o governo João Goulart a instituir o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, dando aos camponeses, teoricamente, os mesmos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos. O segundo grande tema das “reformas de base” do governo Goulart era a legislação sobre a reforma agrária. O golpe militar de 1964 provocou o segundo desencontro entre as organizações camponesas e o Estado, desagregando as esperanças de milhares de camponeses que haviam lutado pela reforma agrária ao longo das décadas de 1950 e 1960. O Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964 levou ao desenvolvimento de um programa de colonização dirigida às terras do Cerrado e da Amazônia (SABOURIN, 2008; REIS, 2012), marcando mais um desencontro para a reforma agrária. Os governos estadual e federal ofereceram incentivos fiscais que favoreceram e beneficiaram os grandes produtores.

As políticas tributárias e os juros financeiros promoveram assim a concentração de terras e a expulsão dos pequenos e médios produtores rurais (IOKOI, 2004). Somente em 1985, com a volta da democracia, foi definido o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. No entanto, as ações do governo para a efetivação da política de reforma agrária são pouco eficazes para a resolução dos problemas de quem não possui a posse de um pedaço de terra e a reforma agrária ainda é um sonho para a maioria destas pessoas.

Apesar do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil ter sido definido em 1985, sua realização é lenta e enfrenta vários entraves, entre eles: a resistência dos grandes proprietários rurais (latifundiários), dificuldades jurídicas e a manutenção das famílias assentadas, pois essas famílias que recebem lotes de terras da reforma agrária carecem de financiamentos com juros baixos para a compra de adubos, sementes e máquinas, os assentamentos precisam de infraestrutura, escolas, postos de saúde, entre outros. A realização da reforma agrária no país é de fundamental importância, pois através dela é proporcionada a terra para o camponês trabalhar, aumentando a produção agrícola, redução das desigualdades sociais e democratização da estrutura fundiária.

A questão agrária, muitas vezes, é tratada como uma questão simplista, se resumindo puramente na melhor divisão e distribuição de terras, mas é preciso entender que ela envolve uma série de questões sociais, pois é um processo histórico fruto de concentração de desigualdades e tratamentos dessas desigualdades pela sociedade. A questão agrária, assim como a questão do trabalho livre são questões pendentes, mais uma história de espera que de esperança. Assim como a escravidão, a questão agrária é um problema suprapartidário, decorrência e resultado do modo insuficiente como foi resolvida a questão da escravidão (MARTINS, 2004).

Muitos conflitos marcaram a história da liberdade e do acesso a terra. A maioria dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX seria conhecida como sem terra. Lutaram pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até os dias de hoje. A ocupação tornou-se uma ação histórica da resistência camponesa (FERNANDES, 2000) e os movimentos populares se organizaram e manifestaram por seus direitos, sendo reprimidos de forma violenta, como a Guerra de Canudos (1893) e do Contestado (1912), guerras em que, segundo Martins (1981, p. 62), os camponeses foram destroçados.

Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo.

O cangaço também foi uma forma de organização de camponeses rebeldes em luta pela terra que, expulsos de suas terras pelos coronéis, atacavam fazendas e vilas em forma de vingança. Surgiu nas primeiras décadas do século XX no Nordeste onde a expulsão e a perseguição até a morte era comumente praticada aos camponeses. Assim, tornar-se cangaceiro era decorrência da ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família. A ação dos cangaceiros era através de saques nas fazendas e nas casas comerciais. Vale a pena destacar o bando de lampião que na sua rebeldia não fazia distinção entre o rico coronel e o camponês (FERNANDES, 2000).

Essas formas de organização demarcavam os espaços políticos da revolta camponesa que embora, segundo Fernandes (2000) fossem lutas isoladas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representavam uma importante força política que desafiava e contestava a ordem instituída. Estavam dentro deste espaço político o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica que se interessavam nesse processo de formação.

Em 1945, ano em que acaba a ditadura do governo Vargas, e com o apoio do PCB, inicia-se a formação das Ligas Camponesas que foi uma forma de organização política de camponeses proprietários, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Em 1947 com a declaração do PCB como partido ilegal pelo governo Dutra, houve uma repressão generalizada às Ligas Camponesas. A reforma agrária radical com o fim do monopólio de classe sobre a terra era o princípio de luta das Ligas Camponesas e para isso começaram a realizar ocupações.

Por outro lado, tanto o PCB como a Igreja Católica defendia uma reforma agrária por etapas. A partir da aliança firmada entre os trabalhadores sem terra, partidos políticos e a própria Igreja Católica, a luta pela terra foi marcada por momentos mais favoráveis e outros menos favoráveis, no entanto, o crescimento dos processos de luta que expunham suas necessidades ficava cada vez mais evidente no cenário nacional.

Como forma de frear o crescimento das diversas organizações camponesas, as instituições de apoio à luta e o governo federal defendiam a organização de sindicatos que deveriam se subordinar ao governo, com o objetivo de enfraquecer os movimentos camponeses, sendo criada em 1963 a Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que, embora tivessem o PCB e a Igreja Católica na disputa do seu controle político, ficou sob o controle de um grupo formado por candidatos das duas tendências (FERNANDES, 2000). As Ligas Camponesas não se interessavam em participar do processo de sindicalização e ficaram à margem deste debate, pois enfrentavam uma profunda crise interna pela prisão e perseguição dos seus líderes e também porque os sindicatos seriam subordinados ao governo.

As Ligas Camponesas e outros movimentos foram aniquilados com o golpe militar de 1964 que acabou com a democracia e reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores, sendo um retrocesso no processo de reforma agrária, pois, suas políticas aumentaram a concentração da renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil (FERNANDES, 2000). Como consequência, em meados da década de setenta, a questão agrária começava a se tornar um dos principais problemas do governo autoritário. O Estatuto da Terra, criado no início da ditadura, tinha como objetivo resolver isoladamente os conflitos fundiários e desmobilizar os camponeses.

Novos caminhos de resistência foram criados pelos camponeses e os conflitos foram aumentados em todo o território nacional e, o governo, no intuito de controlar a questão agrária, determinou a militarização do problema da terra com a criação dos Grupos Executivos do Baixo Amazonas (GEBAM) e do Araguaia – Tocantins (GETAT). O GETAT (Grupo Executivo de Terras Araguaia – Tocantins) foi uma das políticas governamentais de fortalecimento do latifúndio na região promovida a partir dos anos setenta. O GETAT atuava, nesta época, na região conhecida como Bico do Papagaio, em uma área de 40 mil km² (partes do Mato Grosso, do Pará, do Goiás e do Maranhão), região esta com maior número de conflitos e tensão social em torno da posse da terra.

O objetivo do GETAT era assegurar condições mínimas à implantação de projetos vinculados ao Programa Grande Carajás e neutralizar a luta dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas da região (PEREIRA, 2016). O GETAT foi uma estratégia do governo da ditadura militar de ‘militarização da questão agrária’ para desmobilizar e desmoralizar a atuação da Igreja no campo e proteger os interesses dos grandes proprietários e das grandes empresas (MARTINS, 1984). O

GETAT distribuiu títulos de terras para grandes proprietários e ofereceu suas instalações como cárcere de trabalhadores e membros da igreja (PEREIRA, 2016).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no começo dos anos sessenta e nos anos setenta já existiam em todo o país, eram espaços sociais onde os trabalhadores se reuniam para organizar e lutar contra as desigualdades sociais. Com os princípios da Teologia da Libertação, as comunidades se tornaram espaços de socialização política, de libertação e de organização popular. Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) sendo articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar (FERNANDES, 2000).

No final dos anos setenta, segundo Fernandes (2000), existiam três frentes de luta no campo: os assalariados que lutavam pelas desigualdades impostas pela burguesia, estes, se organizaram em sindicatos e por meio das greves, negociavam com os capitalistas o padrão das condições básicas de vida; os posseiros que lutavam para garantir a terra como condição de sua existência e tinham como características a segregação no espaço e formas de organização localizadas; e os sem terra, camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, assalariados e desempregados que lutam pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade.

Neste período, o governo militar em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos, iniciou vários projetos de colonização, principalmente, da Amazônia Legal, com o objetivo de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária (FERNANDES, 2000; SABOURIN, 2008; REIS, 2012). O modelo econômico de desenvolvimento agropecuário implantado pelo governo militar tinha como objetivo acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade através da criação de um sistema de créditos e subsídios. Deste modelo resultou o crescimento econômico da agricultura e a concentração ainda maior da propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras (FERNANDES, 2000). Portanto, para melhor compreensão da natureza do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é necessário o entendimento de fatores políticos, econômicos e sociais que o antecederam e o acompanham no processo de luta.

Assim, segundo Fernandes (2000), no início da década de mil e novecentos e oitenta, as experiências com ocupações de terra nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que constituiu um espaço político, garantindo sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam.

No processo de formação do movimento houve a interação com outras instituições, especialmente a Igreja, por meio da CPT, sendo um fator essencial que contribuiu para o desenvolvimento e crescimento da luta (FERNANDES, 2000). Este movimento organizado foi mediado ainda, segundo Martins (2004) por grupos de classe média. A base territorial do movimento não se reduz à divisão político-administrativa e faz um novo desenho da sociedade civil (ALMEIDA, 2004). Com a efetiva criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em janeiro de 1984, houve a retomada da mobilização pela reforma agrária (MORISSAWA, 2001; SABOURIN, 2008; HEREDIA et al., 2002; REIS, 2012).

A concentração histórica de terras no Brasil, onde 1% dos proprietários detém 46% das propriedades, marca a desigualdade social que dá origem ao MST, e segundo Santos (2004) a necessidade de lutar contra o latifúndio e o rápido processo de modernização da agricultura ocorrida na década de 1970, que substituiu de forma rápida e intensa a mão de obra pela mecanização, fez com que os trabalhadores buscassem formas organizativas (FERNANDES, 2000; MEDEIOS, 2014). Esse movimento é fruto do capitalismo em crise que aparece nas grandes marchas dos excluídos, que, como saída só podem propor outros modos de vida fora do sistema, que já não os absorve mais (FERNANDES, 2000; IOKOI, 2004).

Sua gênese aconteceu no interior das lutas de resistência contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado (FERNANDES, 2000). A decisão familiar não está fundamentada na luta pela Reforma Agrária ou pela transformação social, é uma luta por terra, ainda que seja pela ocupação que transgride a ordem social burguesa, pois desrespeita a lei da propriedade privada (MARTINS et al., 2012). A necessidade leva os sujeitos e seus familiares para o MST e o processo educativo experimentado por eles, como integrantes do movimento, faz com que a luta pela terra passe do imediatismo para uma luta política mais ampla pela Reforma

Agrária e por outra sociedade (MARTINS et al., 2012; SOUSA MIRANDA et al., 2013).

O MST surgiu da necessidade histórica da transformação social sendo resultado do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro (FERNANDES, 2000; MARTINS et al., 2012; ENGELMANN et al., 2012). Assim, quem luta pela terra está apenas cobrando uma dívida social que o Estado brasileiro contraiu com os pobres (SANTOS, 2004), pois, o direito a terra é um direito humano e a terra deve ser vista como patrimônio da humanidade (MAURO, 2004; CANUTO; GORSODORF, 2007; REIS, 2012).

O movimento foi se organizando com lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Na constituição do MST foi observado que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida, o que fez surgir à necessidade de participação de todos fortalecendo assim a sua força política (FERNANDES, 2000). A abertura de participação no movimento a todos que quiserem lutar pela reforma agrária fez com que a luta fosse ampliada, com diversas experiências de participação sem perder sua identidade camponesa, fortalecendo a direção política onde prevalece a lógica da participação efetiva dos que fazem a luta pela terra (FERNANDES, 2000).

A ruptura com as expressões 'camponês' e 'trabalhador rural' ocorre sem destituir o atributo político das categorias de mobilização. As novas denominações traduzem manifestações políticas mais profundas, fruto do amadurecimento dos sujeitos e suas ações, na capacidade de mobilização em face ao poder do Estado e em defesa dos seus direitos. Segundo Almeida (2004) as práticas destes grupos alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de legitimação, fazendo emergir lideranças que prescindem dos que detêm o poder local.

O MST, como outros movimentos, se estrutura conforme critérios organizativos diversos, baseados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica heterogênea (lideranças surgem tanto da classe média como da classe trabalhadora) superando a divisão político-administrativa, ou seja, não está restrito a uma região ou estado sendo um movimento nacional, agindo assim, de forma diferente da ação sindical. Com a ação dos movimentos sociais ocorre um processo

de territorialização que faz um novo desenho territorial da sociedade brasileira, com outros conteúdos sociais (ALMEIDA, 2004).

O capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios às elites, à classe média, e a elite da classe trabalhadora, o que é favorecido pelo compromisso, de grande parte dos partidos políticos com as estruturas de dominação tradicional deixando de fora deste progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência (MARTINS, 2004). E, na tentativa de defender o seu mundo ameaçado, estes povos desprovidos de oportunidades, buscaram por ações autodefensivas de um radicalismo fundamentado no conservadorismo próprio das estruturas sociais em que se movem. Com o encorajamento pela luta e com maior adesão e poder de ação, surgem os movimentos sociais organizados de luta por seus direitos.

Embora Segundo Martins (2004, p.19),

Os grupos de mediação das lutas populares, que são grupos de classe média, especialmente na luta pela reforma agrária, introduziram nelas o seu próprio movimento social e o seu próprio e impotente hibridismo de classe. Eles se transformaram em sistemas de pressão e reivindicação imunes às contradições sociais e às possibilidades históricas de sua superação. Com isso, essas lutas foram contaminadas por esse hibridismo bloqueador, suas relutâncias, incertezas e indefinições, embora sejam compreensíveis suas demandas. Ele exacerba desproporcionalmente a importância da mediação ideológica em detrimento da própria utopia camponesa, de fundo conservador e radical, de que resulta na mística potencialmente renovadora e transformadora da luta pela terra. Um hibridismo que gera a incapacidade de dirigir e de optar. Mas, que gera, sobretudo, a incapacidade de compreender para mudar.

A gestação do MST ocorreu entre 1979 e 1984, entre conflitos, mortes, expropriação, expulsão de famílias camponesas, exclusão, miséria e fome. A resistência e a persistência foram as armas que os militantes deste movimento utilizaram e utilizam na luta pela terra.

De visões diferentes, as colocações de Fernandes (2000) e Martins (1981; 1984; 1995; 2004; 2012) nos auxiliam na compreensão sobre o processo de desigualdades e heranças que levaram à formação das frentes de luta pela terra. Embora haja divergências quanto aos personagens desse processo de luta entre os dois autores, onde Fernandes traz, além dos posseiros, os camponeses expropriados da terra, assalariados e desempregados como sem terra e militantes do processo de luta para a obtenção de terra.

Já Martins trata apenas os posseiros como sem terra. As colocações dos dois autores permitem entender melhor a origem, a formação e todo o processo de luta destes personagens. Martins nos apresenta uma visão mais crítica sobre o processo de luta e nos faz refletir sobre a autenticidade da emancipação política e social dos sujeitos participantes desse processo, uma vez que a mediação é realizada por grupos que não vivem e, possivelmente, não viveram esta realidade. A ideologia dos militantes nasce deles ou do grupo de mediação?

É possível observar que o processo de luta foi se transformando ao longo do tempo e junto com este processo, seus personagens. Com o surgimento do MST e a abertura do movimento a quem dele quiser participar, lutando pela Reforma Agrária, fez com que seus personagens se diversificassem. Hoje, não só os posseiros lutam pela conquista da terra e, conseqüentemente pela reforma agrária.

Sem questionar se o 'sem terra' é um posseiro ou um assalariado que vive as margens do mundo urbano, os personagens da luta na atualidade corroboram com a ideia de Fernandes e possivelmente vai um pouco além. Seus personagens carregam histórias diversas e lutam não só pela posse da terra, mas também pela dignidade, por qualidade de vida, por melhores condições de trabalho e renda. A luta principal é pela terra, mas, o caminho que leva a esta luta é diverso e em todos eles perpassa a desigualdade. O MST traz a esperança de superação de parte destas desigualdades através da luta pela terra e a minimização experimentada pela conquista da terra faz com que as pessoas acreditem e se juntem a esta luta também.

2.1. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a luta política pela terra

O MST é uma organização que luta por justiça e traz como herança as lutas históricas dos povos indígenas, dos negros, dos brancos, dos movimentos camponeses e de resistência, sendo fruto de muitas reflexões (SANTOS, 2004). Santos (2004) destaca como elementos que antecederam e acompanham o movimento: a descoberta do direito de ter acesso à terra e a confiança e solidariedade; e como elementos que desenvolveram e expandiram o movimento: ser uma necessidade nacional; adoção de princípios como fazer a reforma agrária e conquistar uma nova sociedade, e a partir destes, a identificação dos desafios e elaboração de métodos para implementá-los sempre respeitando as decisões coletivas e, acertar as táticas e ampliar as reivindicações e a discussão para elaborar um projeto popular para o país. Destaca ainda que a manutenção do movimento é a preservação dos elementos que originaram-no. O MST desde sua formação sempre lutou pela terra, pela reforma agrária e por mudanças estruturais na sociedade (MEDEIROS, 2014).

A mística, a bandeira, os hinos, os bonés e as ferramentas de trabalho dão sentido às práticas dos sem terra (CRUZ, 2010; MEDEIROS, 2014) e funcionam como um elo entre o mundo real e o mundo ideal, em que se apresenta a identidade do movimento, sempre em construção (SOUSA MIRANDA et al., 2013). O MST também se caracteriza por ser um movimento criativo. Esta criatividade promove um novo jeito de viver a coletividade e auxilia na resolução de problemas (SANTOS, 2004). O movimento defende a necessidade de um 'Projeto popular para a agricultura brasileira', com uma proposta de reforma agrária capaz de 'construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável' (MST, 2007).

É através da experiência comum de expropriação e de exploração que se pode entender a decisão das famílias de se organizarem e lutarem pela terra (MARTINS et al., 2012). A organização das pessoas e a convivência coletiva permitem a elevação do nível de consciência. O simples fato de fazer coisas que não foram realizadas anteriormente em combinação coletiva já é sinal de avanço na

consciência de cada ser social (SANTOS, 2004). Há uma consciência no acampamento e outra no assentamento, já que os elementos que compõem as estruturas de ambos são diferentes. É no acampamento, por exemplo, que à luta pela terra agregam-se outras lutas, entre elas aquelas para garantir o direito à educação de jovens e adultos.

Iokoi (2004) traduz bem esta experiência:

Esses trabalhadores, unidos pelo ideal de retorno a terra, oriundos dos mais diversos lugares, por mais de uma geração, afastados da realidade rural, não trazem em suas bagagens as mesmas referências ou vivências. No entanto, a história da migração é a história de laços cortados e elos perdidos, o que acarreta um desenraizamento desses homens e mulheres das mais diferentes idades. (p. 258). (...) assim, para encontrar alternativas para a busca do pão de cada dia precisam duvidar das representações oficiais e sair em busca do novo (...). (p. 264).

A participação dos militantes em atividades do MST contribui para a percepção de que a luta é nacional e que existem aliados importantes como outros movimentos sociais, alguns partidos políticos, sindicatos e instituições religiosas. As diversas experiências propiciadas pelo movimento proporcionam a formação política de seus integrantes e a construção da identidade política do movimento (MARTINS et al., 2012).

A vivência dentro do movimento, nos acampamentos e assentamentos, faz surgir uma nova estrutura de valores, construída na nova inserção territorial, de modo a garantir segurança e pertencimento (IOKOI, 2004).

Os cursos de formação de quadros do MST, desde o seu início, foram articulados pela Igreja Católica, através da Teologia da Libertação e do Movimento Sindical, sendo a formação política marcada por valores religiosos (MARTINS et al., 2012; MEDEIROS, 2014). Segundo Iokoi (2004) os elementos teológicos que compõem a estrutura conceitual desse pensamento procuram desvendar que a desigualdade, a violência, a opressão não estão remetidos aos fundamentos bíblicos.

Uma parte significativa do coletivo vivido no movimento é sustentada pela mística religiosa, originária da Teologia da Libertação. Em alguns relatos das famílias são destacados o viver nos acampamentos de sem terra como uma experiência inovadora, onde o trabalho junto e a solidariedade são partes importantes para a sobrevivência em condições tão precárias (IOKOI, 2004).

Com a retraída da Teologia da Libertação e do Movimento Sindical em 1990, a responsabilidade pela formação política fica a cargo do próprio movimento que assume alianças estratégicas com a Igreja e o Partido dos Trabalhadores – PT (SILVA, 2005). Os espaços de formação dos sem terra são criados no início dos anos 1990, sendo o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Mas é especificamente a partir de 1995, que há a consolidação de cursos de formação de dirigentes. Nesse período, ocorre o desenvolvimento da relação entre movimento social e universidade, principalmente por meio da criação de cursos superiores (SILVA, 2005).

Além disso, para o desenvolvimento político do integrante foi criada a partir de 1990 a Escola Nacional, localizada em Caçador-SC que periodicamente oferece cursos aos sem terra. O MST ainda desenvolve cartilha e periódicos que visam aumentar a informação dos seus membros no campo político e econômico (MEDEIROS, 2014). No entanto, a formação política propiciada nos cursos só tem eficácia quando estreitamente relacionada às práticas políticas do Movimento: participação efetiva nas ocupações, marchas, protestos, a vivência em acampamentos e assentamentos (MARTINS et al., 2012).

O MST se caracteriza pelo componente político de luta pela reforma agrária onde se consegue conciliar os interesses particulares e corporativos com o interesse da classe (MEDEIROS, 2014). Segundo Fernandes (2000) o componente político possui o sentido da pluralidade e da coerência, porque é a política que sustenta a convivência na diversidade, marca principal do movimento. Afirma ainda que:

Em suas leituras das realidades, nas suas práticas de luta e nos espaços de socialização política, os camponeses sem-terra foram percebendo que a luta pela terra e a luta pela reforma agrária só se desenvolvem se forem feitas no contexto da luta de classes. Foi essa consciência política que determinou a forma de organização como movimento. Romperam com a estrutura na construção de um processo contínuo de transformação. Para garantir essa forma é preciso ter a autonomia política como essência. Essa concepção é resultado da prática social e da leitura que os sem-terra fizeram da história dos movimentos camponeses. (p. 85).

O componente corporativo, no sentido associativo é resultado das experiências vividas nos assentamentos. Após a conquista da terra surgem as lutas

que interessam diretamente à comunidade, como: escolas, crédito agrícola, estradas, energia elétrica, entre outras. Assim, perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento. O fortalecimento do movimento potencializa a transformação da luta pela terra na luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2000).

A formação política dos militantes do MST é o resultado de uma construção processual de educação, de práticas, valores, ideologias bem como de ações e traduz-se para o MST como a possibilidade de avanço real na luta social do movimento (MARTINS et al., 2012). A organização coletiva promove o processo participativo nas ações pela transformação da realidade. No movimento não existem cargos institucionalizados com pessoas jurídicas, por entenderem que as instâncias de poder devem ser compostas por coletivos e não por cargos individuais. O desenvolvimento da organização se apoia na divisão de trabalho que propicia a descentralização administrativa, mantendo a autonomia de decisão para cada frente de luta. A disciplina e o estudo são princípios valorizados pelo movimento.

O processo que levou a formação do MST representou um amadurecimento político ideológico sustentado pela autonomia e heteronomia. Autonomia porque a direção política do movimento não está subordinada a outras instituições e heteronomia porque, na luta pela reforma agrária, envolvem outras organizações políticas, como sindicatos, Igrejas e partidos (FERNANDES, 2000). Os objetivos gerais definidos no encontro de formalização do movimento, em janeiro de 1984, delinearão as ações para a atuação política do MST:

1 – lutar pela reforma agrária; 2 – lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3 – integrar a categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, etc. 4 – a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver. (p. 83) (FERNANDES, 2000).

Neste encontro também ficou estabelecida a necessidade de mobilização e organização dos sem terra que ainda não estivessem organizados com o objetivo de ampliar e fortalecer o movimento e definiram ainda que as terras de todos os latifúndios e as terras devolutas seriam prioritárias para a ocupação. Com a realização desta mobilização e com o envolvimento do maior número de pessoas o movimento foi se fortalecendo em todo o Brasil.

As respostas obtidas do governo tinham o sentido de desmobilizar a luta pela terra através da implantação de projetos de colonização, a cooptação de

lideranças, soluções individuais e repressão por meio da militarização da questão agrária.

Com o objetivo de ampliar ainda mais o movimento foram convocados todos os que lutavam pela terra para o Primeiro Congresso realizado de 29 a 31 de janeiro de 1985 em Curitiba (PR), que além da troca de experiências, foi um espaço de debates e encaminhamentos. Nesta ocasião foi criada a bandeira de luta com a frase 'ocupação é a única solução' que significa que na ocupação da terra os trabalhadores sem terra impulsionam a luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2000). Com o objetivo de expandir a luta e fortalecer seus fundamentos, foram propostos e aprovados ainda os princípios do movimento, inspirados em outras organizações históricas como as Ligas Camponesas:

- 1 – que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- 2 – lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- 3 – ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;
- 4 – organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos e no partido político;
- 5 – dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 6 – articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina. (p. 93) (FERNANDES, 2000).

Participaram deste congresso representantes de 12 estados onde o MST estava organizado ou em processo de organização. O fortalecimento da classe promoveu e vem promovendo transformações na realidade agrária do país. A luta é constante porque o problema persiste. Com organização e apoio o movimento conquista seu espaço.

Os congressos como espaços de reuniões, discussões, troca de experiências e encaminhamentos ocorrem periodicamente e são resultados de seminários realizados pelo movimento nas instâncias regionais, estaduais e nacionais com envolvimento de ampla maioria da militância nestes debates. Em fevereiro de 2014 foi realizado em Brasília – DF o VI Congresso do MST com a participação de aproximadamente 15 mil camponeses. Para cada um dos congressos realizados é criado um lema de acordo com os problemas e os objetivos atuais do movimento. O lema do VI Congresso foi: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

Através dos encontros regionais, estaduais e nacionais realizados pelo movimento foram elaborados dois documentos básicos apresentados no VI Congresso: o primeiro é o programa agrário do MST para o período 2014-2019. O segundo contém as principais linhas políticas setoriais do MST, especialmente sobre a Frente de Massas, Produção e os desafios da tática da luta e atualização das normas gerais de funcionamento das instâncias (MST, 2013). Estes encontros fortalecem a consciência política do movimento no entendimento e na luta pela terra e pela reforma agrária.

O movimento teve o apoio, desde antes de sua formação, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país. Assim, desde 1979, os sem terra trocavam experiências nestes espaços e começaram a pensar o processo de desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, já não mais como problema residual, episódico e menor, mas como rotineiro problema social de urgência (MARTINS, 2004). Embora, segundo Martins (2004) o tenham feito pela tortuosidade das vias indiretas, pelas repercussões injustamente negativas de suas ações e não pela via política de quem propõe, assume e administra politicamente a proposta e a conquista.

O primeiro objetivo da luta do MST é pelo assentamento das famílias sem terra e com isso a posse e o uso da terra. O segundo objetivo é a luta pelo atendimento às novas demandas como escolas, energia elétrica e estradas, dentre outras demandas diversas. Embora os objetivos gerais sejam muito mais amplos, pois pretendem contribuir para uma sociedade justa, igualitária e fraterna. Estes objetivos estão relacionados: a terra; aos bens da natureza; as sementes; a produção; a energia; educação e cultura; direitos sociais e condições de vida para todos (MST, 2013).

Segundo Veiga (1985) a principal forma de resolução para a concentração fundiária no país seria a execução da reforma agrária, que se relaciona à modificação da estrutura fundiária de um país ou região, com vista a uma

distribuição mais equitativa da terra e, indiretamente, da renda e do poder. Sem a luta dos movimentos, a realização efetiva da reforma agrária seria pura utopia. Embora, segundo Martins (2004), seja uma simplificação imaginar que só pode haver reforma agrária com base nas lutas populares. Hoje, poucos se opõem a que essa luta seja reconhecida e esse direito realizado, que essa dignidade seja proclamada e elevada à condição de valor fundante de direito de todos (MARTINS, 2004).

Ainda de acordo com Martins (2004) essas organizações de luta (CPT e MST), por várias razões, estão perdendo a luta pela reforma agrária, que não se limita nem pode se limitar as instituições mediadoras, pois passa pela incorporação da reforma ao programa político do governo e por seu reconhecimento pela ação do Estado, não se limitando ainda a questão da redistribuição da terra. A viabilidade da luta pela terra depende essencialmente de que ela se converta em luta pela reforma agrária. A redução da reforma a uma questão quantitativa e imobiliária, sem qualquer intervenção ou inovação de natureza histórica e institucional não garante uma efetiva reforma agrária, se torna pobre, provisória, de mercado e não solucionaria o problema, pois não atende a necessidade política e social da reforma. Se mantida a lógica do regime fundiário, continuará ocorrendo às desapropriações e à reforma os mecanismos de reconcentração fundiária.

Quanto às terras, o governo brasileiro tende a ampliar a tendência de recuperar o senhorio do território, para a retomada da gestão das terras e dar uma base institucional e política para o dispositivo constitucional da função social da propriedade fundiária, o que, segundo Martins (2004) não está incluído na pauta de preocupações da CPT, MST e mesmo dos partidos políticos de esquerda, na oposição do governo.

Para Martins (2004),

Portanto, as duas organizações estão deixando de falar numa reforma agrária que incorpore à vida ativa da sociedade brasileira, como parte do nosso imaginário político, os elementos culturais, os significados e a visão de mundo, a mística, enfim, que são próprios da relação camponesa com a terra. E quando falam em reforma agrária estão falando apenas numa variação econômica do que a reforma agrária pode ser, como pode observar nas pautas de reivindicações que periodicamente são apresentadas para justificar a luta pela terra. (p. 25).

O desencontro está, sobretudo, no fato de que MST e Igreja conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo não legitimam esta inclusão. Não legitimam ao se recusarem a aceitá-

la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma. (p. 26).

A referência destas organizações são sociedades com estrutura social mais simples como Cuba, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, onde foi possível realizar, tentar ou pleitear reformas agrárias de inspiração fundamentalista e nossa sociedade, sendo pluralista e complexa exige outro modelo de reforma, com base teórica e não ideológica.

Assim, o MST e as igrejas, não só a CPT, vão ficando fora do amplo processo de reforma agrária conduzida pelo Estado, justamente pela questão do conhecimento, pelo predomínio em suas bases de uma concepção de economia mais do que de sociedade, deixando assim de serem protagonistas políticos daquilo que poderia ser sua maior e única vitória, o que de fato justificaria sua existência (MARTINS, 2004). Ainda segundo Martins (2004) houve uma imperceptível transformação da luta pela reforma agrária numa disputa pela reforma agrária, sendo este um dos fatos históricos importantes de mudanças sociais e políticas dos últimos tempos.

Ainda sobre os movimentos, Martins (2004, p. 61) relata que,

Em nosso país, muitos dos mais ativos e agressivos mentores, animadores e participantes de movimentos populares implicitamente sugerem que os próprios movimentos são uma anormalidade, que a “boa sociedade” é aquela em que o povo não precisa reivindicar e propor. Fazem isso e expõem o seu equívoco quando legitimamente fazem pressões sobre o governo por atendê-los, dizendo que o governo só age sobre pressão. Sem dúvida, má compreensão do que é a sociedade moderna e democrática e péssima compreensão da moderna função histórica de sua própria existência e de sua própria ação.

No entanto, é importante a participação social na defesa e busca de seus direitos, porém, a luta não poder ser restringida somente às manifestações, ela precisa ser mais profunda, promovendo mudanças mais amplas, mais complexas, mais duradouras. Implicada em transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que vão muito além do imediatismo, mas que sejam transformações que tragam o reconhecimento e autonomia àqueles que lutam pelos seus direitos de forma permanente, o que não é garantido simplesmente no ato de assentar as famílias.

Como afirma Martins (2004, p. 67),

A luta pela terra atrai e polariza um conjunto bem maior de descontentamentos sociais, políticos e ideológicos (e religiosos) que de modo algum poderão ser resolvidos por uma reforma agrária cujo alcance é muito restrito em face de tantos e tão amplos questionamentos e das complexas necessidades históricas de que derivam.

Por outro lado, a visão de quem faz parte do MST nos mostra que nas discussões sobre política, economia, entre outras, o movimento sempre fica restrito ao campo da reforma agrária. Sendo que a questão da reforma agrária é muito maior, envolvendo um debate mais amplo sobre economia e sociedade e que, não houve no Brasil um enfrentamento na questão agrária como houve em outras partes do mundo (MAURO, 2004).

2.2. Os problemas agrários e a luta atual do MST pela terra

Para Mauro (2004) os problemas agrários que precisam ser resolvidos não são diferentes dos aqui já descritos. O primeiro deles é a concentração fundiária que não se restringe aos latifúndios, mas concentração que favorece setores diversos do capital, como o sistema financeiro. Outro problema apontado por ele é a utilização das terras que, dos quase 400 milhões de hectares de terras férteis são plantados somente 50 milhões que se dá conforme um modelo tecnológico do grupo que trouxe a chamada segunda revolução verde.

O terceiro problema está relacionado com a discussão sobre a biotecnologia que tem sido desenvolvido segundo os interesses desse grupo, não importando seus impactos sobre o meio ambiente. Outros problemas que ainda são pontuados por ele são: as péssimas condições de vida no campo, da miséria e do analfabetismo que mostram que está longe dos direitos estabelecidos na Constituição chegarem ao campo; problemas de política agrícola, de industrialização do campo, de comercialização, todos eles agravados no ciclo de implementação do programa nacional neoliberal do Fernando Henrique.

Vários fatores promoveram a expulsão da terra e a situação difícil encontrada nas cidades por aqueles que tiveram que sair do campo por um motivo ou outro. Como já apontado e reforçado por Mauro (2004), o processo migratório no Brasil não é recente, é um processo antigo que foi agravado por manobras políticas como:

A modernização e a introdução da revolução verde no Brasil que provocaram um êxodo muito grande, porque também a indústria carecia de mão-de-obra, mas as pessoas que saíram do campo, nos anos 60 e 70, melhoravam a condição de vida porque se transformavam em operários. O próprio presidente Lula é fruto desse processo. A diferença é que, a partir dos anos 80 e, fundamentalmente, nos anos 90 e agora, todo povo que sai do campo, qual é a perspectiva que tem? As pessoas que tem mais de 40 anos são analfabetas, só trabalharam na agricultura, não conhecem mais nada, quando vêm para os grandes centros o que vão fazer? (p. 356).

Cita o exemplo de São Paulo, região de Paranapanema, onde há um crescimento dos presídios e que um preso, incluindo alimentação e custo administrativo, custa aos cofres públicos 28 mil reais por ano. Já para assentar uma

família, em terras públicas no estado, o custo não é mais que 26,27 mil reais, nas áreas que necessitavam de destoca do eucalipto, sendo mais baixo nas demais áreas. Assim, segundo o referido autor, é mais caro sustentar o tipo de política que temos hoje e manter um preso na cadeia do que fazer a distribuição de terra, por pior que seja a reforma agrária.

Mauro, como membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra levou para a mesa redonda 'Políticas públicas e desenvolvimento rural' do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizada em 8 de dezembro de 2003, as ideias sobre a reforma agrária que precisam ser colocadas em prática de acordo com o debate realizado em todos os acampamentos e assentamentos do Brasil. De acordo com ele, as necessidades de todos os sem terra devem ser somadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária, dando origem a um Programa Nacional de Reforma Agrária, e com isso poder avançar.

Como resultado das discussões nos acampamentos e assentamentos, os objetivos de uma ampla reforma agrária no Brasil teriam de ser:

- a) Garantir trabalho digno a todos os trabalhadores rurais e que combinasse distribuição de terra com distribuição de renda e com desenvolvimento cultural para todos;
- b) Produção de alimentação para a sociedade brasileira, em particular para quem vive no mundo urbano, gerando segurança alimentar para toda a sociedade;
- c) Garantia de bem estar social e melhoria das condições de vida da população do campo;
- d) A implementação e a descentralização da agroindústria, da indústria. Assegurar que a agroindústria chegue ao interior do país, as comunidades camponesas, às cooperativas, que as indústrias se aproximem;
- e) O desenvolvimento de técnicas agrícolas adequadas para a agricultura familiar, que aumentem a produtividade, mas que preservem o meio ambiente, a terra, os agricultores, a saúde dos agricultores.

De acordo com estes objetivos fica claro que a reforma agrária não pode se ater a questão exclusiva da terra, mas deve se preocupar com a manutenção e subsistência dessa terra, do agricultor e sua família. Ela deve pensar no modelo de agricultura com técnicas adequadas, num modelo de industrialização descentralizada e em políticas sociais que complementem a política propriamente de reforma agrária (MAURO, 2004).

Ressalta ainda a importância de separar a reforma agrária, a arrecadação de terras das demais políticas públicas, o que acarretará uma diminuição dos custos para fazer uma reforma agrária. Ele aponta ainda que, estes são os objetivos gerais para que seja efetivada uma reforma agrária na perspectiva do MST, mas que é preciso ainda se atentar para as questões regionais para a definição dos lotes para cada família. Defende ainda que se trabalhe com uma agricultura agroecológica e que haja uma aproximação do mundo urbano com o mundo camponês, que sejam tomadas medidas para a melhoria da produção com fomento e créditos especiais.

Historicamente temos um quadro que se mantém até hoje onde apenas 25% dos créditos chegam até a pequena agricultura e 75% são canalizados para a grande agricultura, realizada pelas grandes empresas. Enquanto a pequena agricultura gera 70% dos empregos agrícolas no campo brasileiro, tem apenas 25% dos créditos (MAURO, 2004; p. 360).

Defende que os créditos devem ser descentralizados e democratizados, devendo ainda ser direcionados para uma agricultura ecológica. A terra é um patrimônio da humanidade e precisa cumprir com funções sociais, sendo nosso espaço de vivência e de preservação dos recursos naturais, não pode ser propriedade privada, não pode ter valor financeiro, não devendo, ainda, se submeter a lógica do capital que é o investimento onde está dando lucro, esquecendo de partes que também necessitam cuidado e zelo (MAURO, 2004).

Assim, embora haja divergências nas concepções, ações e até mesmo na abertura de espaços entre governo e MST, e mesmo que a reforma agrária esteja sendo minimamente realizada, não podemos deixar de reconhecer o papel transformador que os movimentos sociais possuem neste processo. Há uma grande distância entre a reforma agrária que é almejada e a reforma agrária que é realizada, mas o amadurecimento fortalece a luta, uma luta que não é só por uma classe, mas

é uma luta por um país melhor, mais igualitário, mais justo e, concordando com Martins (2004)

(...) A questão agrária só se resolverá na mesa das boas intenções e do amor a pátria e ao povo, na renúncia aos particularismos, conveniências e imediatismos de instituições, partidos, grupos e pessoas. A pátria está de novo em perigo porque a questão agrária nos divide como povo, nos separa e nos confronta no terreno da intolerância, ou no terreno da indiferença, ou no terreno dos oportunismos e instrumentalização extemporâneos e descabidos (...) (p. 13).

A luta atual do MST é contra o agronegócio que torna a agricultura como um negócio para a acumulação de riqueza e de renda sob o controle do grande capital. Segundo MST (2013) o agronegócio passou a ter uma expressiva função econômica no modelo do capital financeiro e este avanço faz com que as terras improdutivas sejam bloqueadas e protegidas para futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a reforma agrária.

Ainda segundo cartilha do MST (2013),

O modelo do agronegócio, ao contrário da etapa do capitalismo industrial, não distribui renda e nem gera emprego para juventude. O capital aplica um modelo de produção agrícola, sem agricultores e com pouca mão de obra. Isso traz como contradição a falta de futuro da juventude, o aumento da migração e o despovoamento do interior. (p.19).

Para tanto, defendem um novo projeto de reforma agrária que seja popular por acreditarem que não basta apenas uma reforma agrária clássica que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias primas e alimentos para a sociedade urbano-industrial. A luta pela reforma agrária agora se insere na luta contra o modelo de capital que exige novas posturas, organização e fortalecimento do movimento (MST, 2013).

Assim, o MST traz uma nova proposta de um programa de reforma agrária popular que defende: a democratização da terra; água como bem da natureza em benefício da humanidade; a organização da produção agrícola; uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; a industrialização; a política agrícola; a educação do campo; o desenvolvimento da infraestrutura nas comunidades rurais e camponesas e mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa. Programa este

que seguirá em construção permanente de acordo com o andar das lutas, conquistas e novos desafios (MST, 2013).

Embora diante das transformações da sociedade, das posturas, da conjuntura política e econômica, a luta continua a mesma, pela terra, mesmo que haja constantemente modificações na própria luta, o objeto de luta continua o mesmo: a terra.

3. A LUTA PELA TERRA NO TOCANTINS

Os países chamados de desenvolvidos fizeram, em algum período de sua história, mudanças em suas estruturas fundiárias, diminuindo problemas como a concentração de terras, de poder e de oportunidades de acesso a determinadas possibilidades a partir de reformas na estrutura agrária.

A distribuição dos assentamentos é realizada de forma aleatória, uma espécie de resposta do governo federal às pressões sociais organizadas majoritariamente lideradas pelo MST. Essa prática sucede a uma política de colonização que remonta ao golpe de Estado de 1964. O governo federal denomina essa iniciativa de "Reforma Agrária".

No Brasil, apesar da enorme lacuna entre o reconhecimento da necessidade de realização de uma forte alteração na estrutura fundiária e sua efetiva realização, há uma evolução quanto ao acesso a terra de 1979 a 2006, período em que a luta pela terra foi intensificada, resultando em um total de 7.666 projetos de assentamentos, 913.046 famílias assentadas em uma área de 64.552.667 ha (DATA LUTA, 2008). Estes números, aos olhos dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, retratam uma realidade fundiária deficitária e não consideram a ocorrência de um efetivo processo de reforma agrária em um país como o Brasil. E, diante da insatisfação gerada, caminhos alternativos são tomados ocorrendo conflitos como forma de pressionar o governo para a realização da Reforma Agrária no Brasil. É importante considerar ainda que, a reforma agrária não se resume no assentar famílias, é algo que vai muito além desta realidade. Assim, não podemos considerar que a reforma agrária está efetivamente ocorrendo tomando como base, apenas, o número de famílias assentadas.

Nos últimos dez anos houve um processo acelerado da concentração da propriedade da terra e, de acordo com a cartilha de publicação do MST (2013) este índice continua crescendo. Segundo a referida cartilha do MST (2013),

O índice de Gini em 2006 estava em 0,854, que é maior inclusive do que o registrado em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. Nas estatísticas do cadastro de imóveis rurais do INCRA vê-se que entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades. E a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares, em apenas oito anos. Analisando-se as

grandes propriedades classificadas pelos critérios da lei agrária de 1993, com base nas informações declaradas pelo proprietário de imóvel rural ao INCRA, constatou-se que em 2003, havia 47 mil grandes propriedades improdutivas, as quais detinham 109 milhões de ha, e que, em 2010, passaram a ser 66 mil grandes propriedades improdutivas, controlando 175 milhões de hectares. Embora as estatísticas do INCRA apresentem falhas, ainda assim elas indicam uma tendência da concentração e crescimento do número de imóveis improdutivos. Analisando os dados por estabelecimentos (critério adotado pelo IBGE), percebe-se que no último censo de 2006, havia 22 mil grandes propriedades acima de dois mil hectares de terra, que seriam os grandes latifúndios. E outros 400 mil estabelecimentos entre 100 e 2 mil hectares, que seriam os estabelecimentos rurais modernos que constituem a maior parte do modelo de agronegócio. (p. 13).

Além disso, há uma concentração da produção agrícola por produto. Em 2010, 80% das *commodities* e das terras por elas utilizadas se destinava à soja, milho, cana de açúcar e pecuária extensiva. Tem havido um aumento acelerado da desnacionalização da propriedade da terra com o avanço da presença de empresas estrangeiras (MST, 2013).

Segundo estatísticas do IBGE (2006) 4,8 milhões de estabelecimentos rurais com áreas menores de 100 hectares foram classificadas como agricultores familiares, são os que acessam as linhas de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Outros 3,8 milhões de famílias de camponeses pobres que produzem para subsistência e vendem pequenos volumes de excedentes, sem condições de manter poupança mínima. Entre estes está à base social que luta por terra e por reforma agrária a Cartilha do MST (2013) acrescenta ainda que,

Eles estão à margem do modelo econômico do agronegócio, excluídos de políticas públicas, a maioria deles sobrevive com bolsa família do governo ou são dependentes da aposentaria de um membro da família mais idoso. Para os empresários capitalistas, esses camponeses pobres constituem reserva de força de trabalho ou fornecedores simples de alimentos para as áreas urbanas locais. (p. 17).

A realização da reforma agrária no Brasil é lenta diante da realidade da propriedade da terra e enfrenta vários entraves, entre eles: a resistência dos grandes proprietários rurais (latifundiários) e do agronegócio, dificuldades jurídicas e a manutenção das famílias assentadas.

No Tocantins a demanda pela criação de projetos de reforma agrária por parte dos movimentos sociais existe muito antes da criação do estado, em 1988, dada à concentração fundiária conforme demonstra a (Tabela 1).

Tabela 1: Situação agrária no Estado do Tocantins.

Grupos de área total em (%)	Proporção do número de Propriedades em (%)			Proporção da área das propriedades em (%)		
	1970	1995	2003	1970	1995	2003
Menos de 100 ha	47,7	46,4	43,4	6,2	5,4	5,6
De 100 a 1000 ha	46,9	45,5	47,7	50,5	37,5	40,7
Acima de 1000 ha	5,4	8,1	8,9	43,3	57,1	53,7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Barbosa, 2009.

Segundo Fernandes (2000),

Os projetos de colonização realizados por empresas particulares ou pelo governo federal eram as formas utilizadas para levar mão-de-obra barata para do Nordeste, do Sul e do Sudeste para o Norte. Os trabalhadores rurais foram utilizados para derrubar a mata e amansar a terra para os grandes fazendeiros. A maior parte das famílias, que foram levadas para os projetos, enfrentavam a falta de assistência. Sem as condições básicas para sobreviver, tornavam-se migrantes. (p. 89).

Em consequência disso, no estado, existe um histórico de conflitos agrários, em especial no norte, na região conhecida como Bico do Papagaio onde ocorreu um forte processo de grilagem, expropriações violentas das famílias dos agricultores/as, perseguições e assassinatos de posseiros foram práticas rotineiras. A luta pela resistência se fortaleceu pela vinda de missionários/as da CPT, que foram muito importantes no apoio aos trabalhadores/as rurais. Um destaque entre os missionários foi o padre Josimo, por ter lutado junto aos trabalhadores rurais em prol da conscientização em uma época de acirrados conflitos na região, tendo sido motivo crucial para ocasionar o seu assassinato por pistoleiros encomendados por grileiros de terras da região. Este fortalecimento levou a formação de uma população engajada na luta e, segundo Carvalho et al. (2006):

(...) a população da região continuou a se organizar transformando os municípios que formam o território do Bico do Papagaio numa das regiões

do estado com maior poder de mobilização e de articulação, capaz de enfrentar as situações adversas, não somente do ponto de vista das organizações da sociedade civil e também na organização da produção. Resultando num capital social que ainda insistem em acentuar o processo de desenvolvimento do território. Na segunda metade da década de 90, com o aumento expressivo do número de famílias assentadas, as organizações dos trabalhadores/as rurais, já consolidadas e amadurecidas pelos anos de luta, passam a reivindicar e negociar políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. (p. 12).

Toda a mobilização e conquista ocorrida na região do Bico do Papagaio serviram de incentivo e exemplo para que famílias sem terra de outras regiões do estado se organizassem e se mobilizassem na luta pela terra, como é o caso do processo de luta dos trabalhadores rurais que resultou na formalização do assentamento padre Josimo I e II em Cristalândia – TO que é o objeto de pesquisa deste trabalho.

É na concretização da conquista da terra que são elencados uma série de dilemas e questionamentos que devem ser analisados pelos pesquisadores, movimentos sociais e pelo Estado, pois os problemas socioeconômicos e políticos marcam o processo de efetivação dos assentamentos em todo o Brasil. Assim, o Assentamento Padre Josimo I e II é fruto de uma incansável luta político-social que se prolonga por mais de 500 anos envolvendo o Estado, os latifundiários e a sociedade civil organizada.

O Bico do Papagaio, localizado às margens da floresta tropical amazônica, zona de confluência dos rios Araguaia e Tocantins e região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, nas décadas de 1960-70 do século passado, foi uma porta de entrada para toda a Amazônia Legal – de trabalhadores e para o capital. Com isso, constituiu-se em uma região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros, camponeses, indígenas e fazendeiros durante todo o regime militar. No contexto da época houve um casamento de interesse nos planos político, econômico e social que fez da questão fundiária um problema de segurança nacional.

Havia também, um temor muito grande por parte dos militares de uma possível politização do trabalhador camponês. Portanto, a política de colonização nessas áreas estratégicas da Amazônia foi um instrumento de controle dos conflitos pela terra. Além disso, esta política serviu também como barreira que impedia uma

ocupação espontânea da terra, pois inviabilizava em grande parte a pressão dos trabalhadores camponeses a favor de uma reforma agrária.

A ocupação da região do Bico do Papagaio, pertencente à Amazônia Legal foi justificada como "necessária" para o desenvolvimento rural tal como priorizavam as políticas agrárias do Regime Militar. Assim, era preciso anexar às terras de toda a área interligando-as à economia do país e, ao mesmo tempo "solucionar" os conflitos envolvendo posseiros, grileiros, camponeses, indígenas e fazendeiros, tudo isso sem desestruturar o modelo fundiário existente. Ou seja, estava em curso um projeto que não considerava a realidade sociocultural e econômica da maioria da população do Bico do Papagaio, um "espaço vazio" a ser explorado por homens e mulheres da cidade. Seguindo esse ideário, os diferentes Governos Militares legitimaram uma atuação repressiva em toda região do Bico do Papagaio. Dessa forma, o Estado contribuiu para a fragilidade da população local, tanto política como economicamente.

Um dos órgãos estatais que atuavam diretamente na região e que era vinculado ao comando maior do Exército foi o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), criado no final dos anos 1970 pelo governo do General Figueiredo (FERNANDES, 2000). A distribuição de terras se deu num conjunto de medidas articuladas de acordo com os projetos voltados para a integração econômica da região e vinculados às políticas de segurança nacional. Dessa forma, os posseiros e camponeses foram fragilizados à medida que houve uma desagregação de costumes e hábitos, agravando o futuro destes indivíduos na região. Segundo Almeida (1986, p. 290), "mais de 53,8% dos lotes distribuídos pela GETAT eram de 100 a 500 hectares, foram 7.927 títulos, 25% do total", contribuindo assim para a concentração fundiária.

Enquanto esse processo ganhava força em Brasília, o governo central traçava o mapa que criava as grandes rodovias que cortariam a região Belém-Brasília e Transamazônica; e à medida que ia se abrindo a floresta, migrantes de outras regiões, principalmente do sul, chegavam por essas rodovias. Muitos eram lavradores sem terra oriundos do sertão nordestino. Mas, tinha os aventureiros e grandes latifundiários que foram atraídos pela expectativa de adquirir grandes extensões de terra a baixo preço ou até por nada. Terra que, com a política do governo militar, valorizaria muito, em pouco tempo.

O processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal ocorreu por meio de um direcionamento dos investimentos. A intenção dos Governos Militares era propiciar um cenário favorável a grande empresa agropecuária, para explorar áreas de terra. Tudo isso acelerou o processo de expropriação e exploração da população local.

Em 1985, após vinte anos de ditadura militar, o processo de democratização começou a dar seus primeiros passos. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney tomou posse como presidente da república, herdando um país falido pelos desmandos dos militares. Segundo Breton (2000), pressionado pela ala mais a esquerda do seu partido para resolver a questão agrária, anunciou então um plano de reforma agrária que assentaria em cinco anos um milhão e trezentas mil famílias em 33 milhões de hectares. Os sindicatos dos trabalhadores rurais estavam muito contentes, mas os latifundiários ficaram furiosos e, em reação a euforia dos trabalhadores rurais sem terra, fundaram a União Democrática Ruralista (UDR), uma organização cujo alvo não declarado era emperrar o plano Sarney.

No Bico do Papagaio na época, a titulação da terra era caótica e estava aberto para toda e qualquer pessoa inescrupulosa que quisesse enriquecer. Essas pessoas, conforme Breton (id, p. 56), eram juízes, médicos, arquitetos, homens de negócio e autoridades locais que passaram a contratar serviços de especialistas em falsificação de documentos. De posse de um documento o proprietário grileiro podia chamar o poder da lei, e dar ordem de despejo aos colonos que, na grande maioria era analfabeta, quase sempre não podia fazer nada. A ordem era executada por policiais fortemente armados, sempre acompanhados pelos pistoleiros dos grileiros. E para desencorajar os agricultores de continuarem na terra, ainda de acordo com Breton (2000),

(...) não era raro que policiais participassem da queima das casas dos colonos, da destruição das lavouras e dos espancamentos... Aterrorizados e sem nada, eles não tinham outra escolha a não ser fugir para sobreviver... (p.56) (...) Pego entre a mão de ferro dos militares, da polícia, e dos politicamente poderosos donos de terras, a maioria dos agricultores não tinha outra opção a não ser partir... (p. 56-57)

Isso evidencia que os grileiros de terras podiam contar com o apoio irrestrito da polícia ao qual podiam até contratá-la, à margem da lei, para fazer "justiça", desde que se pagassem o melhor preço. Ou seja, para impor sua própria

"justiça", o uso de pistoleiros tornou-se prática comum entre os grandes fazendeiros e as primeiras vítimas da justiça aplicada pelos latifundiários são os posseiros, que sabendo muito pouco dos seus direitos e menos ainda sobre os direitos humanos, achavam mais fácil desistir de tudo e ir embora.

Os posseiros que viviam na região do Bico do Papagaio de meados do século XX até aproximadamente 1970, tinham dificuldades para adquirir a escritura de suas propriedades. Alguns nem imaginavam que isso existia. Mas em contrapartida começou a investida do grande latifúndio para ocupar aquelas terras e eles receberem a ordem de despejo. Ou seja, os "novos donos" começaram a cercar as terras e proibir o acesso dos posseiros a elas. Assim, os grileiros ocuparam-nas e anunciaram que agora elas lhes pertenciam, apresentando documento falso como prova. Dessa forma, todas as famílias residentes foram expulsas, e os que protestavam logo se tornavam alvo da violência de pistoleiros de aluguel.

Nesse processo, povoados inteiros foram esvaziados, casas e roças foram incendiadas, o povo foi intimado, espancado ou muitas vezes assassinados. Amedrontados e desorientados, os posseiros não podiam fazer nada, nem tinham a quem apelar. É dentro desse cenário que entra a história do corajoso padre Josimo Tavares, que passou a denunciar os grileiros de terra, a opressão dos latifundiários contra os lavradores e a defender os direitos do povo, conscientizando-os sobre sua força.

Embora, esse processo de luta tenha sido mais intenso na região do Bico do Papagaio, em outras regiões do estado também ocorreram e ocorrem lutas pela posse da terra. Famílias e movimentos sociais que seguem na luta têm a história de Padre Josimo juntamente com as famílias da região do Bico do papagaio, com todo seu poder de mobilização e articulação, como um exemplo a ser seguido e um incentivo na luta pela posse da terra.

Em Porto Nacional, o principal conflito foi o da Fazenda São João, que teve início em 1979 e chegou ao fim com a vitória dos posseiros em 1985. Este foi um conflito de grande repercussão, resultando na morte de dois pistoleiros contratados por grileiros. Os posseiros incriminados foram julgados e absolvidos pelo júri popular em 1984 (MECHI, 2015). Segundo Mechi (2015), este conflito pode ser situado a partir de dois aspectos: primeiro pelas obras de infraestrutura, especialmente a construção da ponte sobre o Rio Tocantins, em 1979, que atraiu

grileiros para a região; segundo pela atuação da CPT Araguaia Tocantins, que teve um papel importante na organização da resistência camponesa.

O MST começa a atuar com sede própria no estado do Tocantins a partir de 1998. De acordo com Silva (2012) o trabalho que tem sido intensificado pela coordenação geral de educação do MST no Estado é o da escolarização e alfabetização com o objetivo de construir um modelo de sociedade mais igualitário, sendo considerado fundamental junto ao movimento em favor da educação dos sem terra. Destaca ainda que uma das dificuldades do movimento no Tocantins é não possuir a estabilidade existente em outros Estados, além de problemas de relacionamento com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a falta de apoio do governo do Estado.

Vale ressaltar que o processo de modernização do estado do Tocantins está relacionado à construção de usinas hidrelétricas que, conseqüentemente, traz impactos para a população ribeirinha. Esse processo contribui para o fortalecimento dos movimentos sociais existentes e para o surgimento de outros como o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), além de apontar a importância da própria organicidade das comunidades em associações e cooperativas, no trabalho comunitário pautado na solidariedade, organicidade que vai além da via econômica, mas perpassa também a esfera política.

Atualmente, com a expansão do agronegócio especialmente nas áreas de Cerrado, a preocupação com a propriedade da terra e com a reforma agrária é crescente. Embora existam algumas restrições jurídicas para sua expansão como o Código Florestal que impõe reserva nativa de 40% para os imóveis no Cerrado, seu avanço bloqueia e protege as terras improdutivas para futura expansão dos seus negócios, dificultando a obtenção de terras para a reforma agrária (MST, 2013). Preocupação esta que já está na pauta de estudos e reflexões do MST e em seu Programa de Reforma Agrária Popular.

3.1. Padre Josimo e a pela terra

O Padre Josimo Morais Tavares nasceu em 1953, em Marabá – PA. Quando tinha dois anos seu pai casou-se com outra mulher. Depois disso, sua mãe, ele e sua irmã se mudaram para Xambioá – TO. Para sobreviver sua mãe lavava e passava roupas. Na época de menino, Josimo adorava a escola, mas era maltratado pela professora e quase sempre voltava para casa chorando. Quando começou a funcionar uma escola paroquial na cidade, as freiras procuraram sua mãe e lhe ofereceu uma vaga e ela o transferiu da escola convencional para a escola da igreja. Quando ele estava no terceiro ano, fizeram uma lista de alunos que queriam ir para o seminário, Josimo então colocou seu nome na lista e sua mãe não conseguiu convencê-lo a não ir. Aconselhada por D. Cornélio, ela então permitiu sua ida. Depois disso, segundo Breton (2000).

Josimo ficou em Tocantinópolis até os 15 anos, e recebeu uma educação tradicional, extremamente estrita (...) de Tocantinópolis mudou-se para Brasília, e de lá para Aparecida do Norte, em São Paulo. Depois de estudar filosofia e literatura, foi para o seminário Franciscano de Petrópolis. Um de seus professores foi Leonardo Boff, o apóstolo da Teologia da Libertação. (p.45).

Naquela época a Teologia da Libertação estava no seu ápice. E sua ideologia era feita sob medida para Josimo, que foi ordenado padre por D. Cornélio, em 20 de janeiro de 1979, e passou a viver na paróquia de Wanderlândia – TO, não muito longe de Xambioá. Ali trabalhou com o padre Atilio, um sacerdote italiano que chegou a ser descrito como um agitador esquerdista, e que influenciou muito na conduta de Josimo contra a opressão dos latifundiários.

Josimo passou a cuidar da pastoral dos jovens, mas rapidamente entendeu que o problema mais urgente de seus paroquianos era a questão da terra, e esse era um assunto ao qual ele possuía uma opinião bem formada. Então, se ofereceu para trabalhar na Comissão Pastoral da Terra (CPT), por entender que a terra existia para sustentar as pessoas e que todos tinham direito a quanta terra fosse necessária para sustentar sua família. Portanto, começou a denunciar os abusos dos grileiros, e logo atraiu muita hostilidade e começou a receber ameaça de

morte. Foi seu comprometimento com esse trabalho que mais tarde o levaria a morte.

Após assumir o trabalho de coordenador da diocese de São Sebastião, em 1983, Josimo mudou-se para aquela pequena cidade do Bico do Papagaio. Na sua concepção um padre deveria procurar fazer o que Cristo fez, trabalhar com os marginalizados da sociedade: os pobres, os destituídos, os enfermos e as mulheres. Mas ele não teve recepção muito calorosa quando chegou a São Sebastião. Pois o último padre dali pregava que o trabalho de um padre era ficar na igreja e rezar missa. Era contra o envolvimento da Igreja em questões políticas e combatia ferrenhamente os ideais comunistas. Por esse fato, passou a criticar Josimo de uma maneira muito pouco cristã.

Nesse sentido, assumiu uma série de problemas de ordem social, juntamente com as tensões e desafios da região. Mas tinha muita habilidade para equilibrar a fé com a vida e a política com a realidade. Conforme afirma Breton (2000),

Ele via o seu papel como triplo: deveria ser pastor, profeta e sacerdote. Deveria viver simplesmente entre os pobres, compartilhando suas lutas e conduzindo-os à presença de Deus no meio da violência e da desumanidade. Deveria ajudá-los a se unir, de forma que juntos pudessem trabalhar para transformar a sua vida cotidiana. Deveria ser corajoso, sem vacilar, denunciando a injustiça e despertando a esperança no meio da crise. (p.47).

Para Josimo a ideia de sacerdócio era totalmente diferente da maioria dos padres e isso não era visto com bons olhos por muitas pessoas de São Sebastião. Ele não rezava missa todos os domingos e muito de seus paroquianos achava que ele perdia muito tempo falando da terra. Ele não ia a casamentos e churrascos nas fazendas, mas atravessava qualquer mata para chegar às menores comunidades carentes. O povo local demorou a entender por que ele era tão interessado por terra. Também estava sempre falando de sindicatos e política. Defendia abertamente o regime socialista.

Josimo não foi apenas um teólogo intelectual; ele foi um comunicador extraordinário. Era capaz de interpretar sua cultura para seus paroquianos e deles para nós. Podia conversar com o povo e entendê-lo. Era um homem de muita fé e costumava rezar com suas próprias palavras. Ele estava acostumado ao ritmo

calculado da vida rural e, mesmo que se sentisse frustrado com a lentidão das mudanças, não demonstrava. Breton (2000) afirma que,

Padre Josimo encarava seu trabalho como uma maneira de ajudar o povo a analisar sua própria situação e identificar seus problemas e desenvolver estratégias de sobrevivência. A sobrevivência envolveria tanto a resistência individual quanto a coletiva, e isso o conduzia novamente ao desafio de criar comunidade. (p.109).

Para o poeta Pedro Tierra (Apud Breton 2000)

Josimo representava os destituídos. Ele lhes deu uma voz, uma esperança, e lhes mostrou como lutar por seus direitos. Desse jeito, tornou-se uma terrível ameaça aos latifundiários (...) Josimo tinha uma personalidade extraordinária rica e complexa (...) Um homem que andava de roupas velhas e sandálias de dedo, com a cabeça cheia de teologia da libertação (...) Sua compreensão estava muito além da sociedade em que trabalhava, ou da igreja a que pertencia, ou mesmo dos bispos aos quais deveria fidelidade (...) Nunca se isolava num canto, sempre estava pronto a negociar com seus inimigos (...) Sabia que o governo não estava nem um pouco interessado em um bando de lavradores analfabetos no fim do mundo (...) Para os latifundiários era inconcebível que um negro pudesse ser padre, ou que um padre fosse negro (p.110-11).

Tierra (id, p.111) em forma de poema assim descreveu a luta de Josimo:

Lutou contra as cercas.
 Todas as cercas. As
 cercas do medo. As
 cercas do ódio. As
 cercas da terra. As
 cercas da fome.
 As cercas do corpo.
 As cercas do latifúndio.

Padre Josimo, como militante e ativista, teve forte influência nos movimentos sociais no campo, mas enquanto homem tem forte presença no imaginário da população da região do Bico do Papagaio, e se faz presente, inclusive, como parte do trabalho de base na articulação e organização de um movimento de mulheres camponesas no Tocantins (RAMOS, 2016). É importante destacar que, as mulheres camponesas possuem uma força política importante para a questão agrária local, os movimentos sociais articulados pela via Campesina estão tomando dimensão dos conflitos e isso tem ocorrido cada vez mais, através de articulações de mulheres camponesas.

Segundo Ramos (2016, p.4)

Considerado o padre dos pobres e o padre do povo, morreu, mas deixou uma herança incontestável para a luta pela terra, não só do ponto de vista da formação política, mas, sobretudo, pela humanidade, pela aproximação, por sua origem, por se assumir negro, pobre, cristão e por andar não só com os excluídos sob o viés econômico – os pobres – mas por entender os sertanejos, os migrantes e as mulheres de sua região. E através dessa sensibilidade, tornou-se um ícone para camponeses e camponesas, não só os/as sem terras, mas os/as desprovidos/as de direitos básicos como os negros, os indígenas, os migrantes e as mulheres.

Padre Josimo foi, no Bico do Papagaio, uma das maiores representações de luta pela terra, e a partir de sua morte, tornou-se um dos maiores referenciais da luta pela terra no Tocantins e no Brasil.

3.2. A Trajetória do Assentamento Padre Josimo I e II

No Brasil existem pessoas lutando pela terra. Lutando por um lugar para viver em paz, um lugar para criar seus filhos, um lugar para ser feliz. Um país enorme, com uma população relativamente pequena diante de muita terra ao seu redor, a luta pela terra teve fatos que envergonham nossa história. A maior parte do problema decorre das chocantes desigualdades na distribuição das riquezas por aqui. Isso porque, historicamente no Brasil, os ricos empossam de grande parte da terra, do poder e da riqueza, tão poderosos que se consideram acima da lei.

Os debates são intensos quando se fala de reforma agrária no Brasil. O problema fundiário brasileiro remonta a época da coroa portuguesa, pois Portugal via a necessidade de expandir o território recém-descoberto. Cria-se então o sistema de Capitânicas Hereditárias, que consistia em distribuir vastas porções de terras divididas em faixas de linhas imaginárias. A metrópole dividiu e distribuiu as terras da colônia de forma injusta de acordo com os interesses da aristocracia agrária. Nesse sistema de capitânicas, poucos donatários receberam faixas enormes de terras para explorar e colonizar, que desde então, o acesso a terra foi dificultado para o povo brasileiro.

De acordo com Oliveira (2014, p. 38)

A luta dos camponeses, dos quilombolas e dos índios pela posse da terra e de seus territórios é histórica no Brasil. Pode-se afirmar que a existência dos movimentos camponeses socioterritoriais decorre da insistência das elites nacionais em impedir pela violência o acesso à terra. Durante o período colonial, apenas os “homens de bem da Corte” podiam ter acesso à terra. A simples posse era proibida. Impedia-se que os “homens livres da ordem escravocrata”, ou seja, os escravos recém-libertados, tivessem acesso a ela por meio da Lei de Terras. Instituída em 1850, um de seus dispositivos proibia a ocupação de áreas públicas e determinava a aquisição de terras apenas mediante pagamento em dinheiro. Dessa forma, o poder dos latifundiários foi reforçado e dificultou-se que os afrodescendentes se tornassem também donos de terras no Brasil.

Neste contexto da luta pela terra no Brasil é que surge em 2003, às margens da BR 153, próximo ao Município de Cristalândia – TO, o acampamento de sem terra que posteriormente foi formalizado, na área desapropriada, em Assentamento Padre Josimo I e II, resultado da articulação dos movimentos sociais

de luta pela terra. A figura 2 mostra a localização do Assentamento do Padre Josimo.

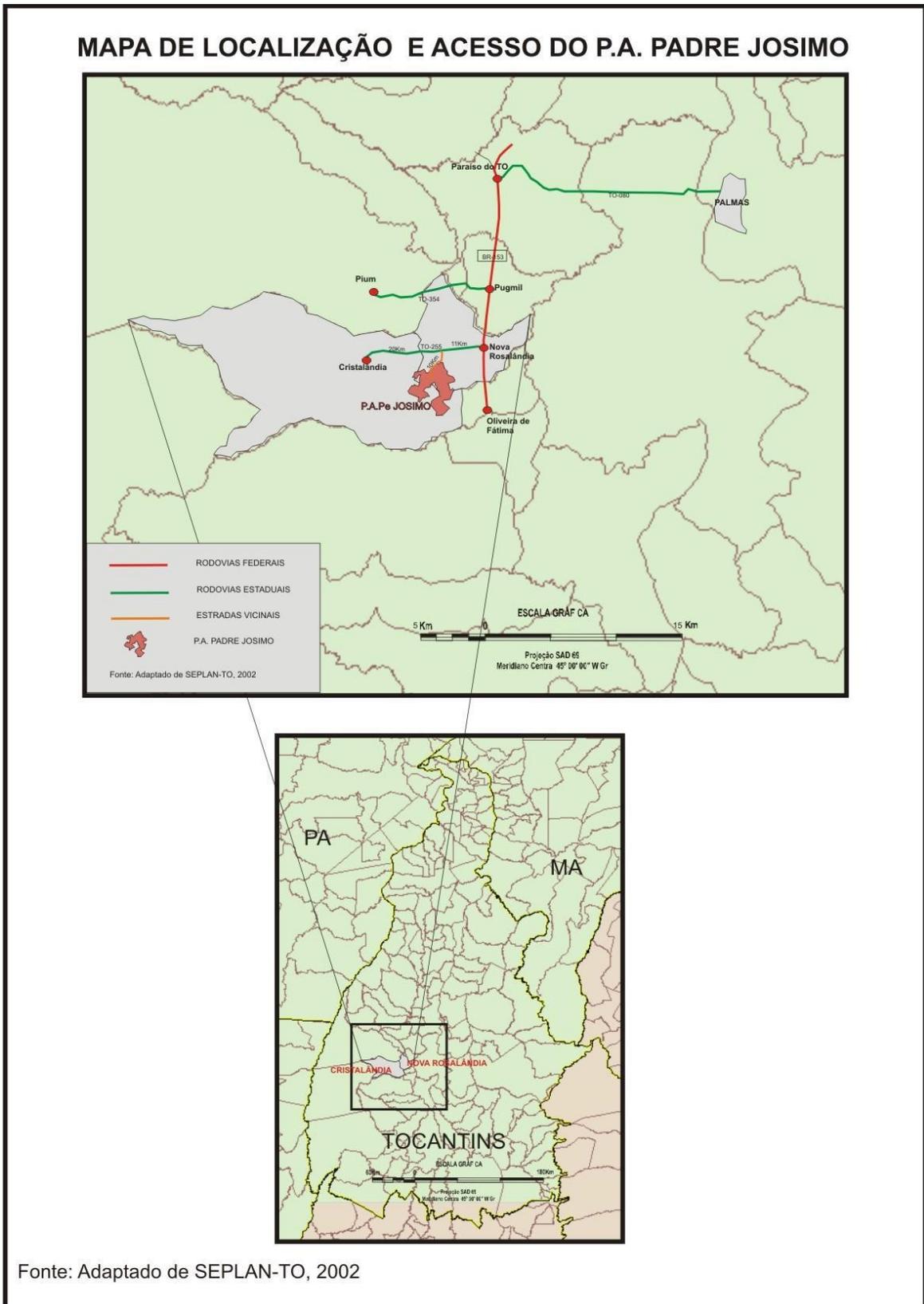


Figura 2: Localização e acesso Assentamento Padre Josimo I e II.
Fonte: BARBOSA, 2009.

O Assentamento Padre Josimo I e II é constituído por trabalhadores sem terra, oriundos de várias cidades tocantinenses e de outros estados como Maranhão e Pará. A maioria dos assentados é do estado do Tocantins e do Maranhão conforme se pode visualizar na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Origem das famílias que compõem o Assentamento Padre Josimo I e II.

Estados	Quantidade de Famílias		Número de Pessoas	
Tocantins	113	69,32%	385	68,38%
Maranhão	18	11,04%	56	9,94%
Goiás	9	5,52%	25	4,44%
Pará	8	4,90%	36	6,40%
Piauí	4	2,45%	18	3,20%
Ceará	2	1,22%	8	1,42%
Bahia	1	0,61%	2	0,35%
Rio Grande do Norte	1	0,61%	4	0,71%
Amazonas	1	0,61%	1	0,17%
Brasília	1	0,61%	5	0,88%
Minas Gerais	1	0,61%	5	0,88%
São Paulo	1	0,61%	9	1,60%
X1	1	0,61%	2	0,35%
X2	1	0,61%	1	0,17%
X3	1	0,61%	6	1,06%
12 estados	163 famílias	100%	563 pessoas	100%

X1, X2, X3 – Estados não identificados, famílias não entrevistadas.

Fonte: BARBOSA, 2009 adaptado.

De acordo com estudos realizados por Barbosa (2009) a região Nordeste totaliza 15,9% dos assentados e estas famílias estão entre àquelas que migraram da região Nordeste para o Estado do Tocantins entre 1980 e 1990.

A maior parte das famílias assentadas, com 69,32% é originária de vários municípios do próprio Estado (Tabela 3). Grande parte das famílias (71,16%) é do município de Palmas, Porto Nacional e Fátima, resultado da maior articulação do MST nestes municípios. O assentamento Padre Josimo I e II apresentava uma população de 497 habitantes em 2008 e 563 habitantes em 2009, um aumento de 66 pessoas (13,27%), de acordo com os estudos de Barbosa (2009). Inicialmente com 162 famílias e, em 2009 com 163 famílias, com duas famílias morando em uma mesma área, segundo Barbosa (2009).

Tabela 3: Municípios de origem das famílias do Assentamento Padre Josimo I e II no Estado do Tocantins.

Municípios	Quantidade de Famílias		Número de Pessoas	
Palmas	55	33,74%	193	34,28%
Porto Nacional	41	25,15%	151	26,82%
Fátima	20	12,27%	57	10,12%
Nova Rosalândia	90	5,52%	35	6,21%
Oliveira de Fátima	7	4,29%	30	5,32%
Cristalândia	5	3,06%	16	2,84%
Carmolândia	3	1,84%	13	2,30%
Brejinho de Nazaré	2	1,22%	2	0,35%
Miranorte	2	1,22%	9	1,60%
Porangatu	2	1,22%	9	1,60%
Pindorama	2	1,22%	11	1,95%
Ponte Alta	1	0,61%	1	0,17%
Silvanópolis	1	0,61%	6	1,06%
Paraíso	2	1,22%	6	1,06%
Lagoa	2	1,22%	3	0,53%
Araguaína	1	0,61%	1	0,17%
Araguatins	1	0,61%	4	0,71%
Marabá	1	0,61%	2	0,35%
Tangará	1	0,61%	1	0,17%
Tefé Amazonas	1	0,61%	1	0,17%
X1	1	0,61%	2	0,35%
X2	1	0,61%	1	0,17%
X3	1	0,61%	3	0,53%
X4	1	0,61%	6	1,06%
24 municípios	163 famílias	100%	563 pessoas	100%

X1, X2, X3 e X4 – Municípios não identificados, famílias não entrevistadas.

Fonte: BARBOSA (2009) adaptado.

Porém, é preciso lembrar que, antes do assentamento estas famílias enfrentaram um longo processo de luta e resistência no acampamento e ainda hoje a luta continua por melhores condições no atendimento às necessidades básicas. Segundo Fernandes (2000),

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária. (p. 55).

O ano de 2003 foi o mais expressivo em ações dos movimentos sociais no estado do Tocantins resultando na organização e instalação de 36 acampamentos (Figura 3). Destes, 83,33% na região Norte, 11,12% na região Central do estado e 5,55% na região Sul.

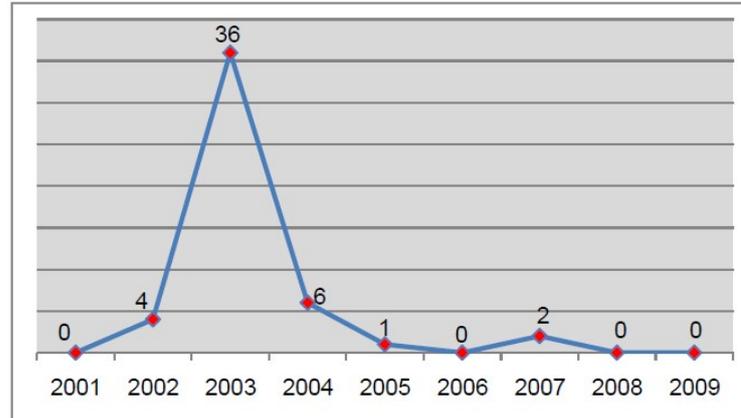


Figura 3: Número de acampamentos do Estado do Tocantins.
Fonte: BARBOSA, 2009.

Ainda no acampamento começam a fazer o levantamento das grandes propriedades improdutivas nos municípios próximos, classificados pelo INCRA como latifúndios por exploração, provando ao governo que a questão poderia ser resolvida na própria região (FERNANDES, 2000).

De acordo com Barbosa (2009) a instalação dos acampamentos ocorreu em duas etapas: acamparam à margem da rodovia BR 153, entre os municípios de Fátima e Nova Rosalândia, permanecendo de 2003 a 2005 e, na segunda etapa, se deslocaram para a Fazenda Jatobá, área em processo de desapropriação e área hoje definitiva do assentamento, onde ficaram acampados entre 2005 e 2007, ano em que houve a divisão das glebas. Entre 2005 e 2007 os acampados se organizaram e se dividiram para a produção, em áreas provisórias, dos meios de subsistência. No Quadro 1 é possível observar um resumo do assentamento e dos dados da desapropriação da Fazenda Jatobá.

Quadro 1: Dados da fazenda desapropriada e do assentamento Padre Josimo I e II.

Denominação do Imóvel	Fazenda Jatobá
Denominação do Assentamento	Projeto de Assentamento Padre Josimo I e II
Data do Decreto de Desapropriação	19/04/2005
Data da Emissão de Posse	5/5/2005
Data da Criação do PA	20/10/2004
Portaria de Criação	INCRA/SR/26/nº 20
Distância da Sede Municipal	Nova Rosalândia: 24 km
Valor total dos investimentos realizados em benfeitorias e créditos (após emissão da posse)	Crédito Apoio Inicial "Fomento" = R\$2.400,00/família. Crédito Instalação - Aquisição de Materiais de Construção = R\$7.000,00/habitação
Área Total	8.146,0683 hectares
Registrada	7.920,7800
Medida	8.146,0683
Área Requerida na Lei de Reserva Legal (% da área registrada ou medida, devendo sempre adotar a que for maior)	2.772,2730 hectares
Área Efetiva de Reserva Legal (área total planejada para destinação como RL)	1.686,4789 hectares
Área Requerida na Lei de Preservação Permanente	686,0166 hectares
Área Efetiva de Preservação Permanente (preservada)	39,82 hectares
Capacidade de assentamento do imóvel em termos de famílias	162 famílias
Área média das parcelas	50,28 hectares
Número de famílias atual x capacidade do assentamento prevista na portaria de criação	161 famílias assentadas 162 famílias (capacidade do Assentamento)
Entidades representativas dos assentados	Associação Firmino Prudêncio - Assentamento Padre Josimo I. Associação Manoel Tadeu - Assentamento Padre Josimo II.

Fonte: BARBOSA (2009) adaptado.

A nomenclatura de Josimo I e II existe desde o período do acampamento. E isso se deve ao fato de algumas famílias terem se juntado ao acampamento num momento posterior ao início da ocupação. As ocupações são espaços de resistência, são práticas que levam às reflexões que são socializadas nos encontros e, na reprodução destes espaços novas experiências são geradas com novas lutas num processo contínuo, resultando na espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 2000). Ainda segundo Fernandes (2000),

A ocupação da terra é uma criação histórica. É um acontecimento resultado de um conjunto de causas, que contém a necessidade, o interesse e a

resistência dos camponeses. É portanto um fato criado pelas pessoas e suas causas. E a principal causa é a defesa da vida (p. 66).

O acampamento era formado inicialmente por cerca de 330 famílias. Essa formação inicial se deu em meados de 2003. Nesse período, os assentados receberam do MST formação política. A organização do trabalho e da produção existente nos assentamentos hoje é fruto de um processo longo de experiências que se iniciaram no primeiro acampamento de sem terra. A coordenação é formada por lideranças escolhidas entre os sem terra. Essas pessoas mais alguns assessores formavam a Comissão Central, responsável pela direção política da luta. Criam as comissões de saúde, de alimentação, de negociação. Também criam um boletim informativo (FERNANDES, 2000).

As famílias que formam os assentamentos Padre Josimo I e II sempre se encontravam distantes, quando estavam instalados em acampamentos na BR 153 e dentro da Fazenda Jatobá consequência da própria formação do acampamento, pois, as famílias que iniciaram a ocupação na forma de acampamento passaram por todo um processo de organização e articulação mediado pelo MST e as famílias que chegaram após a instalação do acampamento já não participaram deste processo inicial. Assim, cada acampamento tinha sua política própria de organicidade. O acampamento Padre Josimo I, com 103 famílias, era coordenado pelo MST.

O acampamento Padre Josimo II, com 59 famílias, estava sob coordenação da Associação Manoel Tadeu criada especificamente para conduzir e desenvolver as atividades do assentamento (BARBOSA, 2009). Portanto seguia uma organização mais tradicional e guardam maior ligação e referência com o trabalho e a vida no campo, por já terem anteriormente, experiência com a terra (SILVA, 2009). Este distanciamento e a forma de coordenação revela um grau de divergência entre os acampamentos que pode ter sido iniciada no processo de organização e articulação política das famílias.

Após dois anos de luta, persistência e resistência no acampamento, foi emitido o direito de posse no dia 05 de maio de 2005, em uma área de 7.920 hectares, o que compreende aproximadamente 1.800 alqueires (goiano) da fazenda denominada Jatobá de acordo com dados do INCRA. Esta área está dividida (em 2007) em cento e sessenta e duas glebas individuais que variam entre 5 e 10 alqueires, duas glebas destinadas à implantação de projetos produtivos sociais,

duas glebas destinadas à instalação de equipamentos comunitários e três áreas (40% da área total do assentamento) à conservação e preservação ambiental conforme pode-se observar na Figura 4.

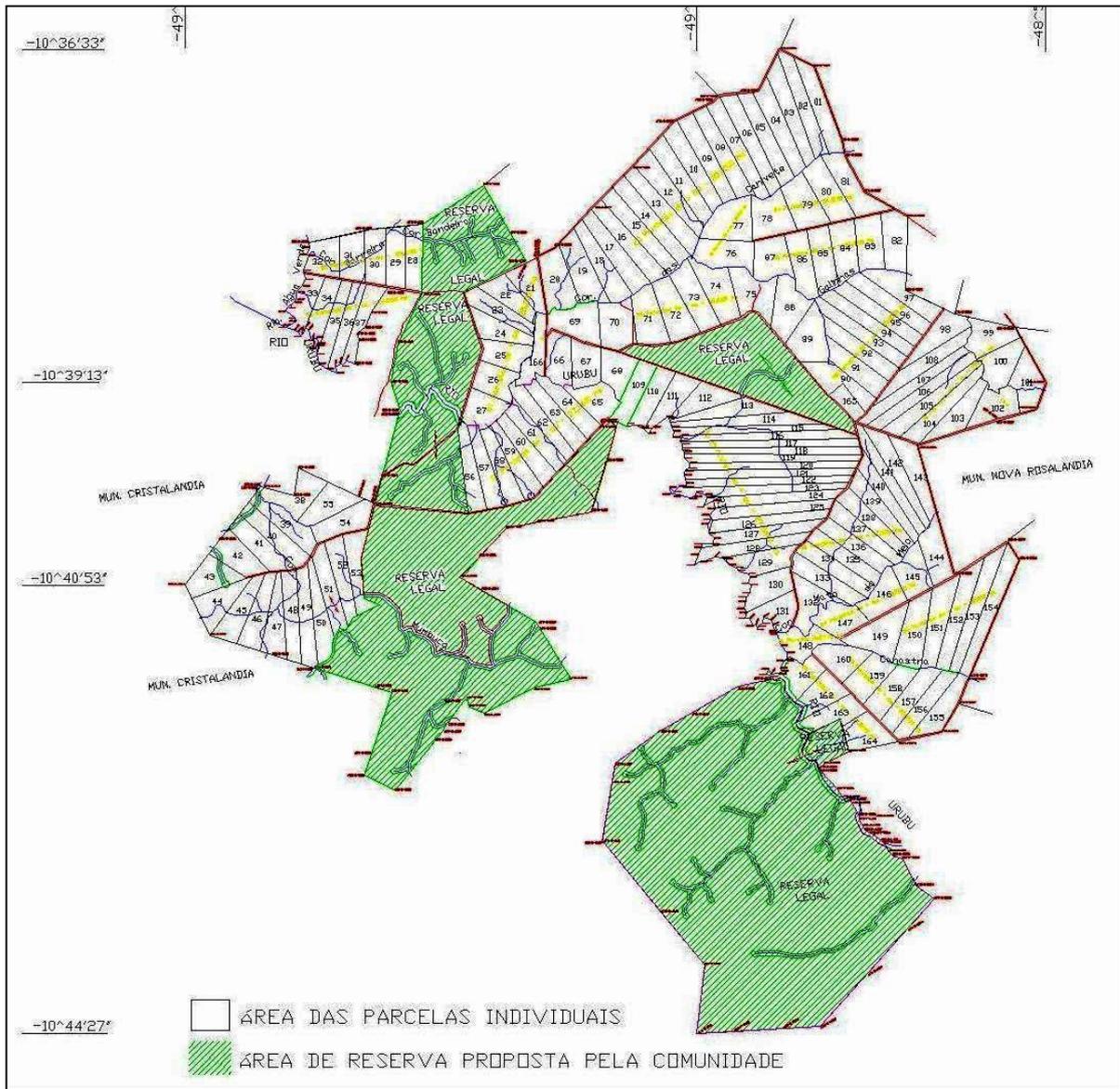


Figura 4: Divisão das glebas do Assentamento Padre Josimo I e II.
Fonte: BARBOSA, 2009.

Este mapa é resultado da segunda divisão proposta com a participação dos camponeses. A primeira divisão proposta pelo INCRA não oportunizava o acesso aos recursos hídricos a todos os assentados e diante disso, não houve aceitação da proposta apresentada pelos camponeses. De acordo com Barbosa (2009), esta iniciativa reforça a importância da participação dos camponeses no processo, participação do sujeito da ação e na ação.

Os assentados receberam do MST formação política: participando de reuniões nos grupos de famílias, ocupando órgãos públicos, fazendo parte de marchas, mobilizações e de outras atividades de cunho político. Para garantir o sustento, em especial, os homens vendiam sua força de trabalho em fazendas da região ou em atividades temporárias em cidades próximas.

A luta dos camponeses do assentamento Padre Josimo I e II está vinculada ao processo de expulsão e organização dos trabalhadores do campo. Os assentados que constituíram este assentamento são vítimas do processo de modernização e da histórica concentração fundiária que modificou um conjunto de relações sociais no campo. Os camponeses expropriados ou expulsos do campo migram para as cidades em busca de trabalho, enfrentam o problema do desemprego e, a luta pela terra é uma forma de garantir a sobrevivência (FERNANDES, 2000).

Sem condições de adquirirem terras para a manutenção do seu modo de vida, restaram-lhe à seguinte alternativa: migrarem para as cidades e se tornarem operários ou partirem para a luta, buscando terra para produzir e viver. Os camponeses do Assentamento Padre Josimo I e II optaram por esta última, pois os mesmos queriam reconstruir seu verdadeiro modo de vida.

O retorno ao trabalho no campo, através dos assentamentos, é uma justificativa plausível, inclusive para aqueles que estavam trabalhando em outras atividades nas cidades, mas que nutriam o desejo de retornar ao campo para trabalhar, conforme faziam seus antepassados.

Muitos camponeses viram nos Assentamentos uma oportunidade, um modo de escapar da dinâmica das cidades, à qual não se habituavam. A violência e a incerteza do sustento da família são fatores marcantes para a decisão de participar do movimento. Observa-se então que a cidade não foi capaz de absorver a grande massa de camponeses que foram expulsos de suas localidades no campo, foram impulsionados para as periferias das grandes e médias cidades brasileiras, numa espécie de migração forçada.

São constatadas também as transformações positivas durante o processo de luta nos acampamentos para assegurar os direitos dos camponeses ao acesso a terra. Com a implantação de assentamentos, mesmo com as grandes dificuldades, há uma sensível melhora nas condições de vida dos integrantes do movimento. Só o

fato da existência do assentamento cria-se novas demandas de implantação de políticas públicas voltadas para os camponeses.

Os municípios de Cristalândia e Nova Rosalândia são áreas diretamente afetadas no meio socioeconômico com criação do assentamento, pois recebem diretamente os produtos do assentamento bem como prestam os serviços básicos. Os municípios indiretamente afetados são: Oliveira de Fátima, Fátima, Pium, Pugmil, Santa Rita do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Lagoa da Confusão e Palmas.

As atividades de produção realizadas no assentamento são as culturas básicas da agricultura familiar destinadas ao sustento da família, com poucas famílias desenvolvendo atividades com gado, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Sistema produtivo do Assentamento Padre Josimo I e II.

Atividade Desenvolvida	Número de Famílias	%
Agricultura Familiar - Cultura Básica	163	100
Destinação - Sustento da Família	163	100
Criação de Gado	18	11,04
Agricultura, prestação de serviço e ajuda da família	51	31,6

Fonte: BARBOSA (2009) adaptado.

O assentamento Padre Josimo I e II por estar localizado em uma região estrategicamente bem localizada, cercada pelos Rios Araguaia e Tocantins, cortada por rodovias importantes (BR 153 e TO 255) e Ferrovia Norte Sul, torna-se uma região sujeita à especulação imobiliária, tanto para latifundiários como para pequenas e médias empresas. Portanto, para superar a grande pressão que poderá surgir sobre a área, é necessário o fortalecimento das famílias no assentamento com o apoio do MST e outras entidades que defendem e lutam junto pela causa da terra e da reforma agrária. Esta luta deverá ser constante e permanente contra os interesses e estratégias do capital agrário, caso contrário, o assentamento poderá desaparecer com o tempo.

4. INFLUÊNCIA POLÍTICA E SOCIAL DO MST NO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO I E II NA ATUALIDADE

4.1. Caracterização socioeconômica do assentamento Padre Josimo

Através da entrevista realizada com quarenta famílias assentadas no Assentamento Padre Josimo I e II em outubro e novembro de 2016, foi reafirmada a importância do MST no processo de acampamento e assentamento das mesmas. A entrevista foi realizada com vinte e cinco famílias do Padre Josimo I e quinze famílias do Padre Josimo II, conforme Tabela 5:

Tabela 5: Entrevistas realizadas no Assentamento Padre Josimo I e II em outubro e novembro de 2016.¹

Assentamento	Quantidade	Entrevistados		Média Morador/Casa
		Quantidade por Sexo	Filiados ao MST	
Padre Josimo I	25	20 Feminino	1 não	4
		5 Masculino	3 não	
Padre Josimo II	15	5 Feminino	Todos Filiados	
		10 Masculino		

Fonte: organizado pela autora, 2016.

Quanto ao estado civil, trinta e seis dos entrevistados (90%) se declararam casados e quatro (10%) solteiros. A média de moradores por casa é de quatro pessoas, variando entre duas a sete pessoas por casa. Incluindo os moradores a pesquisa alcançou cento e setenta e seis pessoas. Das quarenta famílias, quatro não participaram do processo de acampamento, o que corresponde a 10%. Para estes que chegaram posteriormente, o entendimento e o engajamento no processo e na história do assentamento é incompleto, uma vez que não participaram da luta no acampamento.

¹ Dados colhidos em entrevista realizada em outubro e novembro de 2016.

A maioria dos entrevistados (82,5%) se originou do estado do Tocantins, de doze cidades como é apresentado na Tabela 6. Um deles é de origem de São João (PI) e outro de São Gonçalo do Amarante (RN).

Tabela 6: Origem / Naturalidade dos entrevistados no Assentamento Padre Josimo I e II².

Origem / Naturalidade	Quantidade de Famílias
Bom Jesus - TO	1
Lizarda - TO	4
Miracema - TO	3
Natividade - TO	3
Paraíso - TO	3
Pedro Afonso - TO	2
Pindorama - TO	2
Ponte Alta - TO	2
Porto Nacional - TO	8
Santa Rita -TO	2
São Gonçalo do Amarante - RN	1
São João - PI	1
São Sebastião - TO	1
Tocantínia - TO	2
Não Identificaram	5
Total	40

Fonte: organizado pela autora, 2016.

As pessoas estão sempre em busca de melhores condições de vida, sobrevivência e assistência, por isso procuram em lugares diferentes da origem uma qualidade de vida melhor para sua família. Esta realidade se mostra na diversidade das cidades de origem e nas cidades de residência antes da participação no acampamento que deu origem ao Assentamento Padre Josimo I e II, conforme Tabela 7. Estes dados apontam ainda as dificuldades destas famílias através dos caminhos percorridos até a escolha de filiação ao movimento e a decisão de participação no acampamento.

² Dados colhidos em entrevista realizada em outubro e novembro de 2016.

Tabela 7: Cidades em que os entrevistados do Assentamento Padre Josimo I e II moravam antes da participação no Acampamento³.

Cidades.	Quantidade de Famílias
Araguaína - TO	1
Fátima - TO	3
Minas Gerais	1
Oliveira de Fátima - TO	3
Palmas - TO	12
Porto Nacional - TO	11
Rosalândica - TO	3
Não Informado	6
Total	40

Fonte: organizado pela autora, 2016.

Doze das famílias entrevistadas (30%) moravam em Palmas antes da participação no acampamento que deu origem ao Assentamento Padre Josimo I e II, mostrando que a aposta para a melhoria de vida, melhores empregos e renda, está nas capitais e cidades maiores, o que nem sempre se efetua. Em seguida vem Porto Nacional com onze famílias (27,5%), Rosalândia, Fátima e Oliveira de Fátima com três famílias cada (7,5%), Araguaína e o estado de Minas Gerais com uma família cada, correspondendo a 2,5% dos moradores entrevistados. Com exceção do estado de Minas Gerais e da cidade de Araguaína, todas as outras cidades se localizam próximas ao local de acampamento, onde houve maior articulação do MST para a participação dos interessados no processo de acampamento.

Assim, a conquista da terra onde seja possível criar seus filhos com mais qualidade de vida e com dignidade vale o sacrifício da participação no acampamento. Grande parcela destas famílias residentes nas cidades é proveniente do êxodo rural provocado pela pressão do capitalismo na forma dos latifúndios com suas monoculturas, do agronegócio ou ainda na busca de melhores condições de educação. O êxodo rural para o homem do campo é uma alternativa dramática, uma perda irreparável e difícil de aceitar como definitiva. Segundo Gaiger (1999) a atração da cidade parece algo secundário em relação aos objetivos que obrigaram o

³ Dados colhidos em entrevista realizada em outubro e novembro de 2016.

sem terra a migrar e ao culminar em novo fracasso aumentando a aversão ao mundo urbano ao qual se associam a insegurança, a mendicância e a submissão.

Das ocupações (trabalho) para subsistência das famílias antes da participação no acampamento e assentamento, a maior parte (quinze mulheres 37,5%) atuava como empregada doméstica, uma delas citou que o marido era pedreiro e outra que o marido era autônomo. Para os homens, seis eram pedreiros (15%) e dois faziam serviços braçais em roças e fazendas (5%). As demais ocupações citadas foram: agricultora, assalariado, carvoeiro, lavradora, manutenção de máquinas, prefeitura (ASG), serviço braçal, serviços gerais e vendedor. Não identificaram a ocupação que exerciam antes do acampamento oito dos entrevistados (20%), conforme Tabela 8.

Tabela 8: Ocupação dos entrevistados antes do processo de acampamento⁴.

Ocupação Antes	Quantidade
Agricultura	1
Assalariado	1
Carvoeiro	1
Doméstica	15
Lavradora	1
Manutenção de máquinas	1
Pedreiro	6
Prefeitura - ASG	1
Roça	2
Serviço Braçal	1
Serviços Gerais	1
Vendedor	1
Não Identificaram	8
Total	40

Fonte: organizado pela autora, 2016.

É importante observar que todas as ocupações citadas (com exceção do vendedor autônomo) são venda de força de trabalho e, possivelmente, o ganho se resumia a baixos salários que mal davam para a subsistência da família, o que justifica a participação no processo de acampamento. Outro ponto importante é que as ocupações na cidade excluem grande parcela dos moradores da casa, por várias razões: porque estudam; porque são menores; por não ter a habilidade necessária,

⁴ Dados colhidos em entrevista realizada em outubro e novembro de 2016.

pela distância e custo dos locais de emprego; pelo valor a ser pago pelo serviço e principalmente pela falta do serviço.

A partir daí foi feita uma análise da quantidade de pessoas que trabalhavam antes do acampamento e no assentamento na atualidade. Antes do processo de acampamento, onze dos entrevistados (27,5%) disseram que todos os moradores da casa trabalhavam para ajudar no sustento da família e vinte e cinco (62,5%) disseram que nem todos os moradores da casa trabalhavam. Quatro entrevistados não responderam (10%). Atualmente, no assentamento, trinta e três dos entrevistados (82,5%) disseram que todos os moradores da casa trabalham para ajudar no sustento da família e cinco (12,5%) disseram que não são todos da casa que trabalham e dois (5%) não responderam, conforme Tabela 9.

Embora tenha se passado treze anos desde o acampamento até hoje, este comparativo nos mostra que o campo oferece muito mais oportunidades de ocupação e renda para todos os membros da família se comparado às cidades, pois, todos podem ajudar na rotina diária do campo contribuindo assim para a renda e subsistência da família, além de proporcionar o pertencimento através da participação de cada um neste processo produtivo.

Tabela 9: Comparativo de ocupações antes do acampamento e no Assentamento Padre Josimo I e II na atualidade.⁵

Antes do Acampamento		Assentamento Atual	
Todos Trabalhavam	Quantidade	Todos Trabalham	Quantidade
Sim	11	Sim	33
Não	25	Não	5
Não responderam	4	Não responderam	2
Total	40	Total	40

Fonte: organizado pela autora, 2016.

A renda familiar hoje, de acordo com os entrevistados, vem da agricultura familiar somada de outros benefícios como aposentadoria e bolsa família, conforme Tabela 10. Agricultura familiar compreende a criação de galinha, porco, gado, peixes; o plantio de hortaliças, feijão, arroz, milho. Toda a produção é para a subsistência e o excedente é comercializado para a compra do que não é produzido.

⁵ Dados colhidos em entrevista realizada em outubro e novembro de 2016.

Tabela 10: Renda familiar dos entrevistados no Assentamento Padre Josimo I e II⁶.

Renda Familiar Hoje	Quantidade
Agricultura Familiar	11
Aposentadoria	3
Aposentadoria + Agricultura Familiar	6
Bolsa Família + Agricultura Familiar	15
Bolsa Família + Pensão Alimentícia	1
Aposentadoria + Bolsa Família	2
Agente de Saúde + Agricultura Familiar	1
Prefeitura + Agricultura Familiar	1
Total	40

Fonte: organizado pela autora, 2016.

Oito dos entrevistados disseram já ter participado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo seis famílias do Padre Josimo I e duas famílias do Padre Josimo II. O Pronaf é um programa do Governo Federal que surgiu na década de noventa como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir do qual outras políticas e programas importantes foram desenhados como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (GAZOLLA et al., 2013). Um dos seus objetivos é estimular a produção própria de alimentos e animais em pequenas propriedades de agricultura familiar e a diversificação rural. Os entrevistados consideraram de grande importância à participação no Pronaf, sendo parte da luta a participação de todas as famílias neste programa.

Sobre as maiores dificuldades no acampamento, os entrevistados elencaram a falta de: emprego, água, comida, saneamento, transporte, estrutura, chuva, apoio das prefeituras; foi citada ainda como ponto ruim a convivência muito próxima, pois os barracos eram muito próximos um do outro e o fato de não poder sair para trabalhar para não perder a vaga no acampamento. Durante todo o processo de acampamento, o MST estava atuando ativamente junto às famílias, fazendo o controle e o chamamento para a participação nas reuniões.

Segundo os entrevistados tinham reuniões todos os dias, organizavam palestras, formação de grupos de estudo, debates, assembleias, marchas para a

⁶ Dados colhidos em entrevista realizada em outubro e novembro de 2016.

sede do INCRA em Palmas – TO, tudo foram formas de incentivar e fortalecer o grupo de famílias para que não desistissem da luta. Essa unidade que o movimento busca através de suas ações no acampamento, permite que a luta seja ainda mais forte, e que as famílias lutem com muito mais afinco, com mais vontade e determinação.

O que levou trinta e seis dos entrevistados (90%) a filiar-se ao MST foi à vontade de ter um pedaço de terra para trabalhar, plantar, colher e sobreviver. Ter vontade de trabalhar na terra e não a possuir, vontade de trabalhar por conta própria, "morar no que é meu", a crise de emprego, não tinha onde morar foi algumas das respostas. Quatro dos entrevistados (10%) não se filiaram ao MST por não participarem do processo de acampamento. Sendo predispostos e receptivos a uma palavra e a um gesto de esperança, o movimento teria reerguido as expectativas destas famílias ao apontar a possibilidade de mudança através da organização e da luta coletiva e assim lutar por um pedaço de terra e a liberdade de nele trabalhar com autonomia e independência. Gaiger (1999, p. 87) reforça este raciocínio afirmando que:

[...] apenas a insatisfação não basta para o engajamento na luta; ela deve combinar-se com o sentimento de que a situação procurada é uma conquista possível pela via do conflito.

[...] os relatos dos sem-terra testemunham que o seu ingresso na luta dependia, não de maior insatisfação com sua sorte de deserdados, mas de um mínimo de confiança na ação coletiva e nas propostas do MST.

Os camponeses para a busca do acesso a terra, têm aspirações e confiam no movimento dos trabalhadores sem terra. A trajetória que faz de um trabalhador sem (a) terra um membro de uma organização social de massas que luta pela Reforma Agrária, e deste sem-terra do MST um Sem Terra que passa a fazer lutas por um novo projeto de desenvolvimento do país (como a luta contra as políticas de privatização do atual governo brasileiro, por exemplo). Esta ação coletiva é que dá oxigênio aos movimentos sociais. Se deixar de continuar a lutar pela terra, o futuro dos camponeses e trabalhadores será uma tragédia.

4.2. A luta política e social do MST pela terra e o assentamento Padre Josimo I e II

O acampamento às margens da BR 153 foi organizado pelo MST desde 2002. Segundo um dos entrevistados, em meados de 2003 fizeram barracas de lonas e palhas e começaram a morar no acampamento e com orientação do MST se reuniam com o objetivo de pressionar o INCRA a desapropriar a fazenda Jatobá e formalizar o assentamento. A divisão de Josimo I e II veio desde o início do acampamento. A informação circulou pelas cidades e pessoas se juntaram ao acampamento quando souberam da notícia de que um grupo orientado pelo MST estava acampado às margens da BR 153 com o objetivo de conseguir um pedaço de terra na fazenda Jatobá.

De acordo com os entrevistados, houve dois acampamentos, um às margens da BR 153 e, posteriormente o acampamento na sede da fazenda Jatobá. Em 2005 o INCRA liberou a terra, mas não dividiu os lotes. Os acampados passaram uma semana na porta do INCRA pressionando para desapropriar logo a fazenda e dividir os lotes. Incentivados pelo MST foram acampar na terra da fazenda para agilizar o processo de desapropriação. Acamparam, então, na fazenda em julho de 2005, fizeram uma vila na sede da fazenda onde ficaram mais dois anos até sair o loteamento.

Um dos entrevistados relatou que estava muito perigoso ficar acampado às margens da BR 153 e que viviam sendo ameaçados pelos moradores das cidades vizinhas ao acampamento, eram chamados de vagabundos e safados, viviam com medo de morrer. Segundo Gaiger (1999), além da luta sofrida pela conquista da terra outros fatores motivam para a continuidade no movimento. Primeiramente, os custos da escolha na participação no movimento são altos, especialmente quando os obriga a deixar a gleba que cultivavam de favor ou mediante contratos temporários para a participação no movimento e, acrescenta ainda que,

O fato, por outro lado, permite identificar um motivo importante para permanecerem engajados, uma vez feita essa escolha: tendo rompido os

laços que os prendiam à sua comunidade de origem, por ela havendo sido reprovados e discriminados, após anos em acampamentos sobre os quais pesa uma série de estigmas, como poderiam retornar ao ponto de partida, de mãos vazias, sem qualquer perspectiva? (GAIGER, 1999; p. 87).

Em outubro de 2007 houve um incêndio no acampamento (vila construída na sede da fazenda Jatobá), foram queimados 32 barracos, segundo os entrevistados há a suspeita de que este incêndio tenha sido criminoso. O incêndio pressionou o INCRA a acelerar o processo de sorteio dos lotes, além de dar suporte para aos assentados com doação de madeiras, disponibilização de mão de obra para a reconstrução dos barracos e cestas básicas. Outro entrevistado relatou que o INCRA, após os dois anos de acampamento na vila, dividiu a terra, numerou e fez o sorteio dos lotes, sendo a parte de cultura equivalente a menos terra (média 8 alqueires) e a parte de cerrado equivalente a mais terra (média 10 alqueires).

Logo após a divisão, os moradores iam durante o dia para os lotes trabalhar e voltavam à noite e dormiam na vila. Atualmente o Assentamento Padre Josimo é dividido em Vila I com 102 famílias e Vila II com 59 famílias. Essa divisão de grupos ocorreu ainda no acampamento às margens da BR 153: Josimo I ficou acampada no município de Oliveira de Fátima; Josimo II (sempre menor com 59 famílias) ficou acampada no município de Nova Rosalândia. No acampamento vila na sede da fazenda Jatobá os grupos continuaram divididos e acampados em lugares diferentes.

O processo de luta não termina para estas famílias, de acordo com Farias (2011), existe um processo de luta pela terra – nos acampamentos – e um processo de luta na terra – nos assentamentos. Sobre as dificuldades atuais dentro do assentamento foram enumeradas algumas que consistem na luta atual para melhoria de vida dos assentados, sendo: falta de apoio do INCRA; posse definitiva da terra; condições de se manter na terra; falta transporte; falta trator para auxiliar no cultivo da terra; reforma das casas; falta de água e de chuva; poços artesianos; lutar pelos direitos para que todos tenham Pronaf; estradas; saúde; apoio dos municípios circunvizinhos.

Um dos entrevistados relatou que a luta é para permanecer na terra e que a falta de chuva faz com que muitos assentados vendam suas terras e vão embora. Tem trator na associação do Padre Josimo I, mas é difícil chegar a todos os lotes, as estradas são muito ruins. A luta agora não é mais pela terra, mas, pela permanência

na terra, por condições que favoreçam esta permanência. Para isso é necessário continuar na luta.

Segundo os entrevistados, o MST não atua mais dentro do assentamento, tanto Padre Josimo I como Padre Josimo II optaram por permanecer na luta através da Associação onde, segundo eles, a representatividade é melhor. Segundo entrevistado do Padre Josimo II, o MST para vir no assentamento teria que os assentados bancar tudo. O técnico do INCRA atua no assentamento juntamente com o presidente da associação. Os assentados preferem a associação receber orientações do INCRA. O MST teve participação ativa no Josimo II apenas no processo de acampamento. O Josimo II resolveu se desvincular do MST desde o acampamento final. O presidente da Associação regularizou a documentação e os assentados receberam o Pronaf, sem a ajuda do MST.

No Josimo I o relato é que o MST perdeu força, credibilidade e liderança por atividades duvidosas de alguns líderes e este descontentamento político levaram os moradores a optarem pela associação que foi formada ainda no acampamento às margens da BR 153, o afastamento também se deve a promessas de membros do movimento que não foram cumpridas.

Grande parte das pessoas que acamparam na BR153 já venderam suas terras, alguns moradores de hoje são novatos e não conhecem a história do acampamento. Segundo relatos, muitas mulheres já morreram porque não queriam vender a terra e por se recusarem a assinar o documento para a venda, foram mortas. Foram relatadas trinta e duas famílias novatas no assentamento. Esta evasão pode estar relacionada ao distanciamento do movimento, que, segundo Farias (2011) faz o acompanhamento das famílias para a permanência nos assentamentos, fazendo a organização destas famílias por meio de esclarecimentos quanto às formas de produção, incentivando as ações coletivas e não as individuais, além dos cursos de formação que são realizados nos acampamentos e assentamentos.

A associação é uma importante organização dentro dos assentamentos e comunidades, sendo 'obrigatória' para que as famílias possam receber o crédito de fomento, mas ela sozinha terá dificuldades na manutenção das famílias dentro dos assentamentos. Segundo Miranda et al. (2013) e Miranda (2007) as instituições dos assentamentos rurais desempenham um importante papel no processo de

ordenação e estruturação social e produtiva, auxiliando ainda na superação dos conflitos vividos na fase inicial do assentamento com regras e normas que inibam os comportamentos oportunistas e regulem a vida social, política e econômica.

Embora a pesquisa aqui apresentada não tenha seu foco na juventude, é importante ressaltar que muitas lideranças que surgem nos assentamentos são jovens que iniciaram sua participação política no acampamento ao acompanharem seus familiares e continuam a luta, recebendo apoio e orientação do MST. E dentro da própria dinâmica do MST existe o intercâmbio de militantes de vários estados do Brasil que colaboram na organização das ações, evidenciando as experiências positivas de suas regiões de origem, com o distanciamento do MST estas oportunidades são perdidas.

Segundo os entrevistados há uma divisão de responsabilidades entre os municípios que dificultam muito o auxílio ao assentamento. Esta falta de apoio tem prejudicado os processos produtivos, especialmente no que diz respeito ao transporte. A falta de transporte e as estradas em más condições foi o descontentamento mais citado, seguido de falta de água, falta de apoio à saúde e falta de assistência técnica para a produção de forma correta, observando condições de solo, clima, água, entre outros.

Se considerarmos a influência do MST no assentamento na atualidade, estaremos tratando de heranças, uma vez que o movimento não atua mais nas ações e decisões dentro do assentamento Padre Josimo I e II. No entanto, devemos considerar que, muito do que as famílias viveram e participaram ficou armazenado como experiência e possivelmente são utilizados em sua nova realidade. O acampamento é um espaço comunicativo onde as famílias reconsideram seus projetos familiares em um movimento entre permanência e mudanças de valores, de crenças e de ideologias (FARIAS, 2011). O envolvimento com o movimento, mesmo que seja temporário, trará mudanças na forma de ser, pensar e agir destes sujeitos. Assim, serão inumeráveis as influências sociais e políticas deixadas pelo movimento nas famílias assentadas.

Embora seja preciso entender que, com a conquista da terra os objetivos se modificam e a luta política pela reforma agrária se enfraquece, sendo substituída por outra luta pelas necessidades práticas do dia a dia. Segundo Miranda et al.,

(2013; p. 364) coexistem duas lógicas inerentes às ações do MST: uma lógica política e uma lógica prática.

A lógica política é construída em torno de ideais revolucionários, enquanto a *lógica prática* é elaborada em termos de resultados, conquistas, desempenho e eficiência. As duas lógicas são, ao mesmo tempo, contraditórias e complementares, sendo a primeira dominante naqueles momentos em que o MST celebra e reforça o *ideal do grupo*, enquanto a segunda predomina nas interações cotidianas e nas tomadas de decisão sobre os problemas enfrentados por acampados e assentados.

[...] Os elementos de identificação, que promovem a união entre famílias sem terra no período de acampamento, vão sendo dissolvidos com a criação do assentamento. Os acampados empreendem ações coletivas para adquirir um benefício comum, no caso a terra, guiados pela *lógica política* e *prática* do movimento. Adquirido o benefício, há uma desmobilização e, os agora assentados, tendem a reforçar a *lógica prática*.

Com o afastamento do movimento, a lógica prática se constituirá em um objetivo ainda maior destas famílias. Ainda assim, os aprendizados e experiências vividas no acampamento farão parte desse novo processo de luta. A luta se amplia com formalização do assentamento e outras necessidades vão se apresentando para a manutenção na terra. Famílias que se juntam ao movimento objetivam a terra. Durante o processo de luta pela conquista da terra são incorporados, através da participação no movimento, vários aprendizados na troca realizada a partir dos encontros, assembleias, reuniões, grupos de estudo, marchas, debates organizados dentro do acampamento. A percepção de luta se expande ganhando outra forma.

E a luta vai sendo consolidada com objetivos maiores, por direitos que vão além da terra, mas, que perpassam educação, saneamento, ou seja, a luta se dá pela conquista da terra e na reivindicação de direitos básicos para a melhoria das condições de vida. Existe uma influência política deixada pela participação no movimento e há o reconhecimento de que o movimento auxilia no processo de obtenção da terra e, concordando com Albert Einstein “A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”. Embora o movimento não esteja mais presente, as ideias e aprendizados ficarão registrados e serão utilizados pelas famílias que participaram deste processo de envolvimento, de luta e persistência.

E ainda que, conforme Martins (2004) este processo seja mediado por grupos de classe média que introduzem na luta pela reforma agrária seu próprio movimento social e seu próprio e impotente hibridismo de classe, não implica necessariamente afirmar que estes impõem somente suas aspirações nesta luta e

que àqueles que se filiam ao movimento aceitam passivamente esta imposição. Segundo Farias (2011) os movimentos sociais buscam corresponder aos anseios das famílias que lideram:

Os movimentos sociais buscam corresponder aos anseios das famílias que lideram, enfrentando relações que não estão isentas de conflitos, pois passam pela construção de novas identidades, novos saberes e regras de comportamento e podem, muitas vezes, distanciar os sujeitos de suas experiências anteriores e do modo de vida construído em longas trajetórias de idas e vindas. As relações, os conflitos diários, os/as parceiros/as da luta e a visão de futuro passam por novas influências, alterando as experiências pessoais e coletivas. As relações são criadas e recriadas nos movimentos sociais em um processo de aceitação, mas também de resistência frente à orientação da “luta pela terra”. Isto porque não há uma linearidade nos processos de mediação, bem como de aceitação incondicional de tais linhas de orientação por parte das famílias. O processo de mediação e a constituição dos vários grupos mediadores passam por descontínuos caminhos permeados por conflitos, tensões, mas também por alianças, em um campo de lutas e concepções político-ideológicas diversas. (FARIAS, 2011, p. 3).

De acordo com trabalho desenvolvido por Silveira (2016) a relação dos assentados com os mediadores é de muita liberdade de discutir, discordar, fazendo com que os assentados tenham voz ativa nas assembleias e negociações. Existem também as cobranças e fiscalizações dos mediadores para que exerçam suas funções e, caso não consigam se adequar ao estabelecido em assembleia pelos assentados, os mediadores são afastados ou perdem a credibilidade. São vistos como auxílio, em termos de organização e não como alguém que fala em nome dos camponeses.

Assim, a presença de conflitos e contradições também faz parte do movimento. Muitas vezes as regras estabelecidas pelos mediadores vão à contramão das experiências daqueles que se aliam ao movimento em busca do objetivo da terra, o que não impede que ocorram mudanças nestas regras de acordo com a realidade de cada grupo, como afirma Farias (2011, p. 5):

O MST convive com tais dificuldades e perspectivas de modo dialético, haja vista que apresenta permanências e mudanças de valores e de ideologias em um “movimento” de tensão interna perante os conflitos cotidianos e a participação de milhares de militantes. Mulheres e homens apresentam suas insatisfações e seus desejos, como também incentivam a mudança de rumos e a inovação de estratégias e princípios que poderão corresponder à diversidade etnoracial, aos interesses de classe e de gênero.

Considerando que o MST é formado por dirigentes, militantes e pessoas comuns, nele estarão impregnadas as marcas destas pessoas, de alegrias e de tristezas, de completude e incompletude, de significados e de falta de explicação. Este conjunto de aprendizados e experiências é que norteará o seguimento da luta pelas famílias do Assentamento Padre Josimo I e II. Os mediadores atuam mais na condição de facilitadores e auxiliadores, não significando que falem em nome dos camponeses, sendo coadjuvantes na luta pela terra (SILVEIRA, 2016). A organização do movimento é uma resposta consciente à exploração social, mesmo que mediada por aqueles que repugnavam esta exploração e abraçaram a causa como se fosse deles, propondo uma transformação social que atendesse os anseios daqueles que lutam pela terra.

Como somatório da influência social, podemos destacar a solidariedade, a convivência, o preocupar-se com o outro. Embora isso talvez não esteja tão nítido no assentamento como esteve no acampamento, existe a preocupação, o viver em grupo, a tomada de decisões que não prestigia uns em detrimento dos outros. A própria associação é um exemplo de organização social para a melhoria do grupo e não de uma pessoa somente. O próprio acampamento é um espaço social de convivências e conflitos e rico em possibilidades de construção de modos de resistência, em que se alicerçam antigas relações ou se reconstroem outras (FARIAS, 2011) e todas as sensações, sentimentos, reflexões e partilhas experimentadas na realidade do acampamento fazem parte da herança social deixada pelo movimento nestas famílias. A própria decisão de ingressar no MST, de acampar, ocupar, são gestos que supõe uma decisão, um passo que envolve os próprios valores, a visão que se tem da realidade e a disposição para assumir as consequências da luta (GAIGER, 1999).

O acampamento, que no caso teve forte influência do MST, é um espaço de muitas experiências onde os principais objetivos estão direcionados a conquista de direitos através do trabalho coletivo, do cooperativismo, da solidariedade. Esta experiência vivida pelas famílias será levada para o cotidiano e permeará as ações dentro do assentamento.

Acampamentos e assentamentos funcionam como espaços sociais de reconhecimento e reintegração, legitimam outras formas de prestígio e viabilizam o acesso a recursos e bens suplementares como créditos e serviços, inegavelmente atrativos e de pronto colocados em confluência

com a perspectiva maior contida nas ações do MST de finalmente libertar o trabalhador do campo de sua condição de classe objeto e vir a ser sujeito de sua própria verdade. (GAIGER, 1999; p. 89-90)

Embora para Navarro (2002) e Martins (2003) o MST encontre dificuldades de propiciar a formação de sujeitos autônomos pelo baixo nível de democratização nas relações entre os integrantes do movimento e grupos mediadores, com forte centralização de tomada de decisões, reconhecem a importância do movimento enquanto organizadores da população mais pobre para a luta pela terra. De acordo com Navarro (2002) há percepções diferentes entre os mediadores e os integrantes do movimento, para mediadores as ocupações de terra apresentam potenciais de ruptura e transformações políticas e para as famílias que lutam pela terra a percepção é da conquista, da dignidade. Para Martins (2003) os camponeses não possuem consciência política explícita, sendo a luta pela necessidade imediata de terra para o trabalho e sobrevivência, não sendo, fundamentalmente, protagonistas políticos da luta pela terra. Assim, para estes autores, a luta pela reforma agrária defendida pelo movimento está em desencontro com os anseios dos camponeses.

Já segundo Caldart (2001) e Carvalho (2002) o movimento consegue transformar indivíduos excluídos em sujeitos autônomos com capacidade de esclarecimento e autodeterminação própria. Para Caldart (2001) a luta principal é pela terra, mais somadas a esta vão se construindo outras lutas relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos e que estas lutas são ampliadas à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos. Ressalta ainda que a forma organizativa do movimento é flexível e permanente e que o processo de formação humana se complementa com o processo de participar do movimento.

Caldart (2001) destaca ainda que, além dos mediadores, a educação tem uma participação fundamental no desenvolvimento de sujeitos políticos. Para Carvalho (2002) o processo de emancipação dos sujeitos acontece independentemente da presença dos mediadores, pois, os próprios integrantes do movimento, pelas suas ações, mobilização, propósitos e objetivos vão se emancipando neste processo que, segundo ele, é uma 'emancipação social continuada'.

Trazendo a análise para a pesquisa aqui apresentada, destacamos a importância do movimento para a organização, motivação e luta pela conquista da terra, o que ficou bem evidenciado nas entrevistas realizadas quanto à participação do movimento na realização e manutenção das famílias no acampamento com a realização de palestras, reuniões, grupos de formação, debates, marchas, entre outras atividades de mobilização e motivação para a continuidade da luta. Ressaltamos ainda a liberdade de escolha das famílias do Assentamento Padre Josimo I e II em permanecer na luta com a representação da Associação e não mais com a participação do movimento.

Acreditamos, assim como Caldart (2001) e Carvalho (2002) que a emancipação social é continuada. A participação no movimento teve, para grande parte das famílias deste assentamento, o papel do despertar, do conhecer novas realidades e possibilidades através da união, do objetivo comum, da luta diária em comunhão, da partilha do pão, das responsabilidades, angústias e desafios. É uma experiência vivenciada e deixa em cada um, assim como em cada família, um novo conhecimento de si, da realidade e do mundo. Esse conhecimento é a mola que impulsionará a continuidade da emancipação destes sujeitos.

Observamos assim como Silveira (2016) em seu trabalho “O sujeito no MST: um estudo de caso” que os entrevistados veem o MST como um instrumento para conseguir bens, tanto materiais como simbólicos e pedagógicos. Que o movimento, as ocupações e os acampamentos são formas de organização positivas para os assentados, pois, por meio destes conquistaram um espaço, tanto físico, como subjetivo (auto-estima) (SILVEIRA, 2016).

Uma questão relevante e preocupante é a substituição das famílias que viveram o processo de acampamento por famílias novas, que não passaram pelo processo de luta no acampamento. Esta evasão de famílias é motivada por uma série de dificuldades aqui já elencadas. Esta substituição gera, além da perda da história, um enfraquecimento e uma perda de identidade do assentamento, com possibilidades de trazer interferências nas ações e decisões tomadas pelas famílias para a continuidade do processo de luta no assentamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Observando os debates sobre a Reforma Agrária no Brasil é possível verificar que as desigualdades sociais não são problemas da atualidade, não é uma questão pontual e temporal. Para entendermos a origem destas desigualdades, devemos voltar no tempo, na história. A colonização de exploração iniciada em 1500 pelos portugueses dá início a esse processo de desigualdades, primeiro a exploração dos recursos naturais (pau-brasil, ouro, diamantes) depois a exploração da produção (cana de açúcar). Com a exploração dos recursos há também a exploração da mão de obra indígena e, a necessidade de mais mão de obra para a produção alimenta o tráfico negreiro. Nossa história se inicia com índios e negros escravizados. Os índios perderam o direito de uso do que lhe pertenciam (a terra e seus recursos). E a história seguiu seu curso mantendo estas heranças que foram fortalecidas pelo capitalismo, sendo favorecidas pelas políticas de quem sempre pode e cada vez mais quer. Na revolta da escravidão muitas mortes e na busca da liberdade surgiram os quilombos.

Após a abolição da escravatura os homens livres (da escravidão formal, da terra e do dinheiro para sua obtenção), começaram a desbravar a terra ainda intocada. Começa o ciclo de desbravamento, expulsão e novo desbravamento. Começa também a apropriação da terra pelos detentores do poder através da grilagem, da força, do poder.

De todo esse processo de exploração iniciado e perpetuado ao longo do tempo resulta hoje em uma concentração fundiária que agrava ainda mais estas desigualdades sociais. Latifúndios, monoculturas, agronegócio.

b) Na análise de como se organizou politicamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a luta pela terra no Tocantins é possível verificar que as lutas dos explorados pelo direito a terra também não são recentes na história. Índios, negros, posseiros e todos aqueles que são forçados ou expulsos da terra pelo 'sistema capitalista' sempre se organizaram e lutaram pela terra. Politicamente, para 'resolver' o problema da posse da terra, surge a Reforma Agrária, sendo uma política de divisão de terras "particulares" e públicas 'improdutivas' que são adquiridas pelo governo federal e loteadas e divididas entre

famílias que não possuem terras para plantar. Contudo, esta política não atende a demanda de necessidades da população que não possui um pedaço de terra para morar, plantar, colher e sobreviver. Como forma de acelerar essa política surge o MST que organiza e luta pela posse da terra, representando a resistência à intensificação da concentração fundiária. O MST representa as lutas antigas e atuais, marcadas pela desigualdade imposta pelo capitalismo.

O MST é um movimento que luta pela terra através da efetivação de uma ampla reforma agrária. É aberto a todos que querem lutar pela reforma agrária, sendo mediado pela classe média e tendo como aliados outros movimentos, partidos políticos, sindicatos e instituições religiosas.

O movimento se organizou através de lutas massivas tendo forte influência da CPT. Não possui representantes individuais em suas organizações internas, trabalha sempre com representação coletiva que organiza as frentes de luta e não está restrito a regiões ou estados, sendo um movimento nacional. Realizam encontros periódicos em escala local, regional e nacional para a definição da pauta de luta de acordo com o cenário nacional. O movimento faz hoje a formação política dos seus militantes.

O trabalho do MST se intensifica em regiões onde há mais demanda e através da frente de luta identifica as famílias e inicia o processo de formação. Com as propriedades 'improdutivas' já elencadas, definem o acampamento próximo à fazenda objeto de luta. Nesse período de acampamento é realizada a formação política dos militantes através de: participação de reuniões nos grupos de famílias, ocupação de órgãos públicos, fazendo parte de marchas, mobilizações e de outras atividades de cunho político.

c) A atuação do MST foi ativa no acampamento Padre Josimo I e II que deu origem ao Assentamento, objeto deste estudo, e seguiu esta ordem de luta. Foi organizado em 2002, acamparam em 2003 e com orientação do MST se reuniam com o objetivo de pressionar o INCRA a desapropriar a fazenda Jatobá e formalizar o assentamento. Em 2005 o INCRA liberou a terra e após muita pressão dos acampados, fez a divisão dos lotes em 2007.

d) Na identificação de como a organização política e social do MST atua na situação sócio econômica das famílias dentro do assentamento Padre Josimo I e II, percebemos que, embora não haja a extrema necessidade desta atuação e,

diante de outras demandas e prioridades do MST como o acompanhamento de outros acampamentos, ainda assim é importante que membros do acampamento mantenham uma ligação forte com o movimento para a continuidade da luta no assentamento. Entendemos que a decisão dos assentados do Padre Josimo I e II se desvincularem do movimento após a formalização do processo, por descontentamentos políticos desencadeados na caminhada entre o acampamento e o assentamento, enfraquece o assentamento na sua luta pelos direitos de assentados. A própria divisão do assentamento em Josimo I e II e a existência de duas associações dificulta a luta. Para o INCRA não existe divisão, existe o assentamento Padre Josimo. Assim, as questões socioeconômicas (especialmente de reivindicações) do assentamento após a formalização é direcionada pelas duas associações.

O afastamento do MST provoca também um afastamento da luta pela reforma agrária que deve ter continuidade. A continuidade da luta de quem já se estabeleceu incentiva e apoia aqueles que ainda lutam pela conquista da terra. Mesmo os que já estão assentados continuam na luta: por infraestrutura; por saúde; por educação; por melhores mecanismos de plantio e escoamento da produção; por acesso a água, entre outros. O governo não vai se preocupar com a qualidade de vida destes moradores se eles não mostrarem suas reivindicações e suas necessidades. Farão uma breve visita no período eleitoral e só!

É direito dos brasileiros à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Direitos que não são assegurados a todos e, se uma alternativa para que estes direitos sejam realmente efetivados é através da luta, que seja feita a luta!

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMEIDA JR., J. M. G. de. (Org.) **Carajás - desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALMEIDA, A. W. B de. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

BARBOSA, M. V. **Assentamento padre Josimo I e II: a posse definitiva da terra e novas realidades**. 2009. 123f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, 2009.

BRASIL. Estatuto da Terra. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

BRETON, B. L. **A morte anunciada de Josimo**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L. S. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: INCRA/FAO, 2001, 40 p. (Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO).

CALDART, R. S. "O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo". **Estudos Avançados**, 43 (15), São Paulo, 2001.

CANUTO, A.; GORSODORF, L. "Direito humano à terra: a construção de um marco de resistência às violações. In: RECH, D. (coord.) **Direitos humanos no Brasil 2: diagnósticos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ceris; Mahuad, 2007.

CARVALHO, H. M. Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: **NEAD**, 1999.

CARVALHO, H. M. "A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)". In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, M. S. N.; COSTA, A. C. T.; PALMEIRA, J. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território Bico do Papagaio-TO. Brasília: **MDA**, 2006.

CRUZ, F. S. Do essencialismo ao não essencialismo? Reflexões sobre a identidade cultural do MST. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 181-201, maio/ago. 2010.

DATALUTA. Boletim dataluta, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/dataluta/>>. Acesso em: 27 setembro 2015.

ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista eletrônica do CEMOP**, n. 02, 2012.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Por uma educação do campo - contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2005.

GAIGER, L. I. As condições socioculturais do engajamento no MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual fortalecimento da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. de. PALMEIRA, M. CINTRÃO, R. LEITE, S. P. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, p. 73-111, 2002.

HOTSHIO, R. **O massacre dos posseiros**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IOKOI, Z. M. G. Reforma agrária e movimentos sociais: diferentes alternativas na América Latina. In: **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MARTINS, J. de S.. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A militarização da Questão Agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Expropriação e Violência**. A questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1991.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil - as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. 1. ed. São Paulo SP: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, S. A.; SANTOS, F. S. dos. A formação política de militantes do MST: relatos de pesquisas. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 4, n. 1, p. 82-91, 2012.

MECHI, P. S. Modernização excludente e conflito social na região do Tocantins nas décadas de 1970 e 1980. **Textos & Debates**: Boa Vista. n. 25. p. 117-129, 2015.

MEDEIROS, A. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra—princípios, características, organização e formas de luta. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 35, n. 2, p. 59-86, 2014.

MIRANDA, R. S. **Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semi-árido paraibano**. 2007. 145p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

MIRANDA, R. S. CUNHA, L. H. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 363-375, 2013.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância. Cartilha. São Paulo. 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. VI Congresso Nacional do MST: programa agrário do MST. Cartilha. São Paulo. 2013.

MAURO, G. O significado da reforma agrária para os movimentos sociais. In: **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

NAVARRO, Z. “Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Carta na Escola**. 2014. Disponível em: www.cartanaescola.com.br/single/show/336. Publicado na edição 87, de junho de 2014 Acesso em: 14/05/2015.

Pe. Josimo: **A velha violência da Nova República**. CPT, 1980.

PEREIRA, A. D. R. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 232, p. 5-26, 2016.

RAMOS, G. I; LIRA, E. R. Padre Josimo Tavares e as relações sociais no campo: intersecções, formação política e movimentos sociais de mulheres no Estado no Tocantins. **Produção Acadêmica**, n. 1, 2016.

REIS, R. R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 86, p. 89-122, 2012.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**: Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SANTOS, M. dos. Raízes do MST. **Revista Pegada**, v. 5, n. 1 e 2, 2004.

SILVA, C. S. D. da. **Os impactos socioterritoriais no assentamento rural padre Josimo I e II no município de Cristalândia – TO e entorno**. 2009. 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Agronegócio). Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2009.

SILVA, C. S. D. da. Dimensão política na análise dos impactos socioterritoriais de assentamento rural em Cristalândia-TO. **Caminhos de Geografia**, v. 14, n. 45, 2013.

SILVA, M. S. A. L. Os acampados da TO-050 e a luta pela terra. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**: Uberlândia, 2012.

SILVA, R. M. L. da. **A dialética do trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes**. 2005. 324f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2005.

SILVEIRA, S. M. P. da. O sujeito no MST: um estudo de caso. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 232, p. 47-60, 2016.

SOUSA MIRANDA, R. de; CUNHA, Luis Henrique. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 363-375, 2013.

VEIGA, J. E. da. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 6ª Ed., 1985.

